

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
LINGUAGENS

ELAINE POLO FORTUNATO

PRÁTICAS JORNALÍSTICAS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE À
INFORMAÇÃO: O USO DA LÍNGUA DE SINAIS

CURITIBA

2022

ELAINE POLO FORTUNATO

**PRÁTICAS JORNALÍSTICAS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE À
INFORMAÇÃO: O USO DA LÍNGUA DE SINAIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Comunicação e Linguagens pela Universidade
Tuiuti do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kati Eliana Caetano

**CURITIBA
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sidnei Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuiú do Paraná

F745 Fortunato, Elaine Polo.
Práticas jornalísticas de inclusão e acessibilidade à
informação: o uso da Língua de Sinais / Elaine Polo Fortunato;
orientadora Prof.^a. Dr^a. Kati Eliana Caetano.
66f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná
Curitiba, 2022

1. Telejornalismo. 2. Legendagem 3. Janelas para
intérpretes de Libras na TV. 4. Acessibilidade. 5. Comunicação
visual. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-
Graduação em Comunicação e Linguagens / Mestrado em
Comunicação e Linguagens. II. Título.

CDD – 070.195

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

Dedico esta dissertação a minha família, principalmente a minha mãe Jerci Polo pelo apoio incondicional e constante incentivo.

Dedico também à minha orientadora, a Prof.^a Dr.^a Kati Caetano pela confiança, paciência, incentivo, amizade e excelente orientação.

Com o apoio de ambas, realizei este trabalho. Muito grata de coração.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus acima de tudo. Sua luz me indicou o caminho para o sucesso. Mas é difícil agradecer sem recordar o que passou, sem me envolver com as lembranças dos dias, dos momentos vividos e das pessoas que sempre me ajudaram, incentivaram, apoiaram ou que simplesmente, através de seus ensinamentos/testemunhos, me fizeram acreditar que mesmo em meio às dificuldades é preciso “arregaçar as mangas” e seguir em frente com certeza de que em tudo que acontece existe um propósito de Deus.

Agradeço à minha mãe Jerci Polo pelo carinho, por ser a melhor “pãe” que Deus poderia me dar. Agradeço por todos os conselhos, todos os ensinamentos. Agradeço por me amar sem medidas, por me educar no caminho da retidão e por ser um grande exemplo para mim. Não tenho palavras para expressar o quanto a amo!

À minha noiva Marly Rodrigues, por todo companheirismo, apoio, cumplicidade, amizade. A ela com quem divido toda a minha vida, por estar ao meu lado em todos momentos, por me fazer sonhar (e sonhar junto comigo!) e desejar tudo que parecia impossível, por me fazer feliz todos os dias. Eu o amo muito mais hoje do que ontem!

Sou grata aos Professores Dra. Mônica Fort e Dr. Geraldo Perioni pelo apoio técnico prestado durante todo o desenvolvimento do projeto. Grata igualmente às Professoras Dras. Lílian Ribeiro Nascimento e Ana Cristina Guarinello pelo aceite em participar de minha banca de defesa.

Agradeço à minha orientadora Prof.a Dra. Kati Caetano, por todas as discussões e contribuições para o desenvolvimento deste trabalho por sempre me fazer pensar e questionar sobre o tema do meu trabalho de pesquisa e a todos os docentes da Universidade Tuiuti do Paraná que, brilhantemente, contribuíram para a construção de aprendizagens significativas.

Agradeço ao colega Júlio César Rigoni Filho, pela cuidadosa revisão do texto.

A todos os meus amigos do curso de graduação que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, sempre com espírito colaborativo.

Agradeço a todos os intérpretes de Libras, em particular, aos participantes da pesquisa. Também agradeço aos intérpretes Jéssica Gonçalves Honório, Thais Fernandes de Aguiar e Juliana da Silva Richter que foram grandes no apoio da interpretação, contribuindo também com seus conselhos e conhecimentos.

“Paciência e perseverança têm efeito mágico de fazer as dificuldades desaparecerem e os obstáculos sumiram”.
(John Quincy Adams)

RESUMO

A presente dissertação aborda a questão da acessibilidade da informação para pessoas surdas, com recorte específico de reflexão sobre os telejornais. Partem-se de observações regulares e assistemáticas em vista de nossa condição individual, de pessoa com deficiência auditiva severa, que experimenta ao longo da vida os problemas decorrentes da dificuldade em obter acesso à informação jornalística televisionada. Tem por objetivo analisar como se dá a realização de telejornais feitos por ouvintes para ouvintes, mas que podem ser acessíveis aos surdos, além de tentar entender qual o resultado para a comunicação da utilização de recursos de acessibilidade como a legenda e a janela de Língua Brasileira de Sinais (Libras). A análise foi realizada com base em pesquisa de observação nos canais de TV aberta, tendo como objeto a iniciativa no país. O interesse é propiciar algumas fontes de reflexão a profissionais responsáveis pela informação no tocante a características, problemas, limitações e eficiências dessa comunidade, para que sirvam de subsídios a iniciativas no setor. Pode, assim, auxiliar a repensar, no futuro, os formatos jornalísticos audiovisuais e a linguagem de forma inclusiva. O Decreto Nº. 5.296, de 2004, regulamentou normas para a promoção da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e deficiência. Já a Lei Nº 13.146, de 2015, estabelece, entre outras coisas, que as empresas de telecomunicações garantam o pleno acesso à pessoa com deficiência auditiva à informação e à comunicação, a partir da adoção de recursos técnicos. Mesmo assim, atualmente, cerca de 10 milhões de pessoas com surdez parcial ou total têm o acesso à produção televisiva comprometido, como é o caso dos telejornais, que ainda é a fonte de informação principal para a maioria da população. Nesse contexto, a pesquisa lança a pergunta sobre o modo de inserção da Libras, como um dos recursos de acessibilidade para surdos na televisão aberta brasileira. Questiona-se tanto a maneira como o público surdo interpreta a informação como a maneira que esses espectadores se veem representados na mídia, por meio da aplicação de formulário. A fundamentação teórica terá como base autores que tratam do processo de educação e condição de pessoas surdas, o tema da acessibilidade na informação e o exame das leis que tentam contemplar o problema com sucessos e fracassos de implementação. A pesquisa se propõe a refletir sobre o processo de recepção e compreensão dos surdos em relação aos programas televisivos e identificar suas preferências entre programas que apresentam legendas e os que têm janelas com intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Do ponto de vista metodológico, foram entrevistados dois tipos de informantes – surdos e intérpretes de Libras – sem a finalidade de uma análise representativa no âmbito nacional, ou mesmo regional. A ideia foi atuar junto a pessoas de fácil contato, por conhecimento próprio e indicações, para que expressassem suas opiniões a respeito das medidas adotadas no quesito examinado. Os resultados reforçam pouca utilização de recursos que deem cumprimento à legislação brasileira, e, quando existem, expõem suas limitações para a eficiência comunicativa do próprio meio. Desse ponto de vista, o trabalho pode não apresentar novidades, mas oferece dados que julgamos relevantes para iniciar um processo que ainda não tem quase espaço na área da Comunicação.

Palavras-chave: Telejornalismo. Legendagem. Janelas para intérpretes de Libras na TV. Acessibilidade. Comunicação Visual.

ABSTRACT

The following dissertation outlines the issue of accessible information for the deaf, with a specific focus on the reflection on television news. There is no study on a specific exposure, but it starts with regular and unsystematic observations in pride of our individual condition for people with severe deafness, who experience throughout their lives the problems resulting from the difficulty of obtaining information from the programs. It aims to analyze how newscasts made by listeners for listeners are made, but which can be accessible to the deaf, in addition to trying to understand the result for communication of the use of accessibility resources such as subtitles and the Brazilian Language window. of Signs (ASL). The analysis was carried out based on observation research on open TV channels, having the initiative in the country as its object. The interest is to provide some sources of reflection to professionals responsible for information about the characteristics, problems, limitations, and efficiencies of this community, so that they can serve as subsidies for initiatives in the sector. It can thus help to rethink, in the future, formats and audiovisual journalistic language in an inclusive way. Decree No. 5,296, of 2004, established rules for the promotion of accessibility for people with reduced mobility and disabilities. Law No. 13,146 establishes, among other aspects, that telecommunications companies guarantee full access to information and communication for people with hearing impairments, based on the adoption of technical resources. Even so, currently, about 10 million people with partial or total deafness have compromised access to television production, as is the case of television news, which is still the main source of information for most of the population. In this context, the research raises the question of how Libras is inserted, as one of the accessibility resources for the deaf on Brazilian open television. Both the way the deaf public interprets the information and the way these spectators see themselves represented in the media are questioned, through the application of a form. The theoretical foundation will be based on authors who deal with the process of education and condition of the deaf, the issue of accessibility in information and the examination of laws that try to address the problem with successes and failures of implementation. The research proposes to reflect on the process of reception and understanding of the deaf in relation to television programs and to identify their preferences between programs that have subtitles and those that have windows with Brazilian Sign Language (ASL) interpreters. From the methodological point of view, two types of informants were interviewed – deaf people and Libras interpreters – without the objective of a representative analysis at national or even regional level. The idea was to work with easy-to-contact people, with their own knowledge and indications, so that they could give their opinion on the measures adopted in the examined issue. The results reinforce the little use of resources that comply with Brazilian legislation and, when they exist, expose their limitations for the communicative efficiency of the medium itself. From this point of view, the work may not present any novelties, but it offers data that we consider relevant to start a process that still has almost no space in Communication.

Keywords: Accessibility. Subtitling. Television Journalism. Visual Communication. Windows for Interpreters of ASL on TV.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Espaço da janela de Libras	49
Figura 2 –	Imagem do intérprete de Libras e Closed Caption em assembleia Política.....	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 RELATO DE VIDA	15
3 ACESSIBILIDADE E DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	18
3.1 PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS PARA A ACESSIBILIDADE DE PESSOAS SURDAS	21
4 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DA LIBRAS	27
4.1 PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AS LÍNGUAS DE SINAIS E AS LÍNGUAS FALADAS	27
4.2 DESAFIOS COMUNICACIONAIS E EDUCACIONAIS LIGADOS A LIBRAS.....	28
5 APONTAMENTOS SOBRE A ACESSIBILIDADE DOS SURDOS AO CONTEÚDO TELEVISIVO NO BRASIL	36
5.1 PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS - LIBRAS NA TV	37
6 LEGENDAS E JANELAS DE LIBRAS: ENTREVISTAS COM SURDOS E INTÉRPRETES SOBRE A ACESSIBILIDADE	50
6.1 ENTREVISTAS COM PESSOAS SURDAS	50
6.2 ENTREVISTAS COM INTÉRPRETES DA LÍNGUA DE SINAIS	53
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SURDOS USUÁRIOS DE CANAIS TELEVISIVOS	66
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS INTÉRPRETES DE LIBRAS EM AMBIENTES ACESSÍVEIS - TELEVISIONADOS COM JANELA DE LIBRAS	67

1 INTRODUÇÃO

“Quando, pois, se fez ouvir aquela voz, afluiu a multidão, que se possuiu de perplexidade, porquanto cada um os ouvia falar na sua própria língua”.
(Atos 2:6)

A presença de interpretação de língua de sinais ou legendagem na televisão tem sido, para as palavras sobre o mundo surdo, “uma área carregada (às vezes em apuros), onde opiniões apaixonadas disputam” por bastante tempo. Os contendores nessa disputa, em particular os telespectadores (os surdos, pessoa com deficiência auditiva e os ouvintes), os provedores (as emissoras, os intérpretes e os legendadores), os legisladores, parecem ser amplamente guiados por seus interesses pessoais, raramente estabelecendo um diálogo aberto sobre a viabilidade, adequação ou mesmo validade de suas demandas e crenças.

Essa disputa de longa data pode resultar do fato de que muitas das partes interessadas na situação têm conhecimento limitado dos requisitos de suas contrapartes, optando por continuar lutando por suas crenças em vez de estabelecer linhas de comunicação para negociar soluções e aproveitar os pontos fortes de cada um. Outro elemento que parece relevante para o caso é o papel que cada um desses contendores considera que a mídia desempenha e a importância que pode ser dada a um determinado papel em detrimento de outros.

O fato de que a mídia pode ser vista “como um meio (fornecimento de informação), como um mediador (processos deliberativos, ativismo), como um ator político (os meios de comunicação e profissionais da mídia), como um direito de cidadania (direitos de comunicação), como uma ferramenta ou indicador de melhoria da igualdade de oportunidades, mas também um campo de batalha por significado”, gera muita discordância e sugere que o debate sobre soluções de acessibilidade televisiva para espectadores pessoa com deficiência auditiva continuará por algum tempo.

Tecnicamente falando, o acesso à televisão pode ser oferecido a telespectadores com deficiência auditiva em três formas distintas, a saber programas em língua gestual, programas em língua falada com interpretação em língua gestual

e programas legendados. Cada um deles levanta uma série de questões relacionadas.

A oferta de programas sinalizados, que colocam o mundo surdo em uma posição central, significa que são os ouvintes que podem precisar de soluções de acessibilidade, uma vez que muito poucos terão competência em língua de sinais. Isso significaria basicamente levar os ouvintes ao mundo dos surdos, em vez da situação usual de levar os surdos ao mundo dos ouvintes.

Os programas falados com interpretação de língua de sinais, excluem espectadores e pessoas com deficiência auditiva que não conhecem uma língua de sinais. Os programas legendados não atingem as crianças e surdos com baixo nível de letramento. Assim, a questão de qual categoria de espectador é colocada em posição central e a direção da tradução/interpretação provavelmente continuará sendo objeto de debate contínuo, e não pode ser resolvida apenas com referência a simples possibilidades técnicas.

De uma perspectiva social, a acessibilidade aos meios de comunicação ganhou cada vez mais importância na virada do século, à medida que crescia a conscientização sobre a necessidade de atender aos cidadãos com deficiência e combater a discriminação. As questões de acessibilidade foram colocadas em primeiro plano e as pessoas em geral foram conscientizadas da necessidade de garantir que as pessoas com deficiência compartilhem direitos iguais e gozem de oportunidades iguais, se não na prática, então ao menos em princípio. Isso não significa que a acessibilidade seja uma preocupação nova na tradução audiovisual.

Na verdade, para além da questão da deficiência, toda tradução audiovisual é sobre acessibilidade, como bem argumenta Oliveira (2021) sobre a tradução como forma de acesso para pessoas surdas às produções audiovisuais, uma vez que todas as formas de tradução audiovisual, legendagem, dublagem, locução e interpretação, entre outras são uma forma de mediação, ou veículo, que permite aos espectadores o acesso a um produto em um idioma e/ou cultura diferente. No entanto, no que diz respeito ao público da pessoa com deficiência auditiva, nota-se o esforço de disponibilização de textos audiovisuais para os espectadores surdos, quando os filmes eram legendados, especialmente para exibição em clubes de surdos (OLIVEIRA, 2021).

No entanto, com a televisão, essa acessibilidade midiática foi trazida para a vida dos espectadores ouvintes, mesmo que no formato oculto de legendas ocultas

ou legendagem de teletexto. A legendagem oculta e a legendagem de teletexto existem a língua de sinais tem sido usada apenas regularmente na televisão somente há alguns anos, talvez pelo estatuto da língua gestual em diferentes países e a aceitação (ou não) dos vários grupos surdos como minorias com identidade e língua próprias.

Dado que o que nos é oferecido atualmente na televisão é o resultado direto de mudanças técnicas, sociais e políticas, a acessibilidade da mídia pode ser prevista para acompanhar as grandes mudanças que ocorrem na tecnologia da mídia. O desenvolvimento de serviços de acessibilidade provavelmente refletirá a forma como as populações surdas se veem e se posicionam nas sociedades ouvintes, bem como as medidas que os formuladores de políticas tomam para promover a diversidade social e linguística, garantindo a integração social e o cumprimento dos principais convênios e tratados juridicamente vinculativos. Vale lembrar que:

Surdo é o sujeito que apreende o mundo por meio de experiências visuais e tem o direito e a possibilidade de apropriar-se da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento e garantir o trânsito em diferentes contextos sociais e culturais. A identificação dos surdos situa-se culturalmente dentro das experiências visuais. Entende-se cultura surda como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos. Essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela é visual, ela traduz-se de forma visual (QUADROS, 2004, p.10).

Ao longo dos anos, a televisão tornou-se um item presente na maioria dos lares brasileiros. Mas se levarmos em consideração que se trata de um veículo audiovisual, embora haja leis para regulamentar a produção televisiva quanto à inclusão, será que o público com deficiência, em especial as pessoas surdas, têm acesso completo às informações disponibilizadas nos programas e telejornais?

Nessa linha de raciocínio, o objetivo principal deste estudo é analisar como o público surdo é tratado como telespectador pelos canais abertos de TV e de maneira específica, verificar as percepções dos surdos sobre os recursos de acessibilidade como legenda e janela de Libras em canais de Tv aberta e analisar formas de produção de conteúdo telejornalístico que faz uso de ferramentas de acessibilidade para o espectador surdo. O objetivo geral é refletir sobre o processo

de recepção e compreensão dos surdos em relação aos programas televisivos, tendo como objetivo específico identificar suas preferências entre programas que apresentam legendas e os que têm janelas com intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) analisar como o público surdo é tratado como telespectador pelos canais abertos de TV.

A estrutura da dissertação está composta da seguinte maneira:

Introdução e Relato de vida, capítulos 1 e 2, com os quais se pretende situar e esclarecer o leitor tanto sobre os propósitos e o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, quanto lições e conclusões extraídas de uma experiência de vida toda, desde a infância, com problemas decorrentes da presença ou ausência da inclusão nas relações interpessoais. O capítulo 3, Acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência, foca em discutir o que é normal / anormal na sociedade, a constituição legal dos direitos da pessoa surda e marcos regulatórios da Libras, e está dividido em acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência e principais marcos legais para a acessibilidade de pessoas surdas. O capítulo 4, Reflexões teóricas sobre a importância e os desafios da Libras, objetiva abordar aquilo que se problematiza sobre a Libras enquanto processo e prática. Inicialmente, expressam-se as distinções entre as línguas de sinais e as línguas orais, para que em seguida, focar nos desafios sociais, em especial educacionais e comunicacionais, relativos ao tema. O capítulo está dividido em reflexões teóricas sobre a importância e os desafios da libras, principais diferenças entre as línguas de sinais e as línguas faladas; desafios comunicacionais e educacionais ligados a Libras. No capítulo 5, Apontamentos sobre a acessibilidade dos surdos ao conteúdo televisivo no Brasil, está centralizada a ideia principal da dissertação. Logo no início, retoma-se a discussão feita nos outros capítulos sobre a importância do conhecimento de Libras no campo da informação, para avançar sobre as características e desafios da Libras na TV. O capítulo está dividido nos itens Libras e a importância de seu conhecimento no campo da informação e práticas de acessibilidade e interpretação de língua de sinais - Libras na tv. Por fim, o capítulo 6 dedica-se a apresentar e discutir os resultados das entrevistas com surdos e intérpretes sobre a acessibilidade, tendo como foco principal extrair suas opiniões e experiências com a legendagem e as janelas de Libras, uma vez que se constituem nos recursos técnicos mais utilizados nos meios televisivos.

2 RELATO DE VIDA

O presente relato tem como finalidade mostrar, de modo comentado, minha caminhada como profissional e os trabalhos vinculados à educação do surdo e do ouvinte dentro da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Segundo o relato de minha mãe, durante a gravidez tudo correu muito bem. As visitas ao médico eram mensais e a gestação transcorreu os nove meses. No dia do meu nascimento a ansiedade tomou conta da minha família. Infelizmente, não saiu tudo como o planejado: que era parto normal. Minha mãe tinha contrações, mas eu não nascia, foi onde o médico partiu para a cesariana.

Sofremos um pouco e durante o corte da cesárea o médico cortou-me o rosto em dois lugares. Nasci, comecei a chorar e não parei durante um ano. Deixava todos loucos com meu choro estridente e não descobriram o que eu tinha ou qual era o procedimento para me acalmar.

Foram consultados vários médicos e meus pais continuavam sem diagnóstico, eu continuava a chorar. Foi então que chegou na cidade um novo médico e este iniciou um tratamento. Tomei 16 injeções de Garamicina, as quais me fizeram parar de chorar, passei a me alimentar bem e viver de uma maneira melhor.

As consequências das injeções só foram conhecidas mais tarde, quando eu tinha 1 ano e 4 meses. Com essa idade minha família percebeu que eu não falava e só atendia quando falavam bastante alto. As preocupações foram intensas e logo me levaram a Curitiba para diagnóstico e tratamento com especialistas.

Após uma série de exames veio o diagnóstico: minha surdez e a triste realidade de não ter mais o que fazer para recuperar a audição que havia perdido. Só o uso do aparelho auditivo faria com que eu conseguisse ouvir melhor. Na época, a maior preocupação da minha família, além da surdez, era a dificuldade financeira, uma vez que todo o procedimento não contava com recursos públicos.

Meus pais estavam desesperados por não saberem o que fazer para me ajudar. Ao relatar os fatos, os amigos, parentes e o patrão de meu pai resolveram fazer rifa para comprar um aparelho auditivo. Foi uma grande luta. A etapa seguinte foi a de acostumar-me com o uso do aparelho e ingresso precoce na escola para que não houvesse perdas no processo de aprendizagem da fala.

Nesse tempo minha mãe conseguiu, com a ajuda dos vereadores de Palmas, o outro aparelho através de um deputado de Curitiba. Passaram-se os dias,

meses, anos. As minhas idas e vindas a Curitiba eram constantes, o sofrimento era visível, mas a luta valeu a pena.

Iniciei meus estudos na Escola Municipal Professora Senhorinha Miranda Mendes com apenas dois anos de idade. Percorri vários caminhos, defrontei-me com inúmeras dificuldades. Encontrei em minha família o apoio que precisava, pois, sendo portadora de surdez, os obstáculos eram maiores.

As professoras que me acompanhavam faziam de tudo para me ensinar, mas devido a pouca experiência que tinham, aprendemos juntas, sendo eu a grande beneficiada, pois tinha interesse e boa vontade em aprender.

Cabe ressaltar aqui a importância de um trabalho comprometido, feito com amor e a máxima dedicação de minha primeira professora: Luiza Mara, que me ensinou a ler, escrever, falar e fazer leitura labial.

Os professores do ensino regular esforçaram-se para me ensinar e repassar os conteúdos de maneira simples, mas, mesmo assim, não conseguia assimilar muito bem os conteúdos. Com acompanhamento da professora do Centro de Atendimento Especial, Área de Deficiência Auditiva (D.A.), fui avançando na parte acadêmica e aos poucos consegui superar as dificuldades. Enfrentando vários tropeços fui rumo ao Ensino Fundamental.

Em 2006 concluiu o Ensino Superior de Pedagogia pelo Centro Universitário (UNICS), Palmas. Em 2008, pós-graduação na área Bilíngue para Surdos: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pela FUNPAR (Fundação da Universidade Federal do Paraná) em Curitiba.

Minha formação acadêmica e atuação profissional não evitaram e não evitam os preconceitos, risos, discriminação e por muitas vezes o sentimento de piedade. Diariamente sou desafiada a enfrentar esses preconceitos. A persistência e os ensinamentos de minha família me fizeram forte e estou sempre em busca de novos aprendizados e essa busca nunca me deixou parar, continuo lutando cada vez mais para mostrar a todos que apesar de surda sou tão capaz como qualquer outra pessoa.

Ao tomar conhecimento sobre a Libras em 1995, senti que esta era a luz da qual precisava para iluminar o meu caminho e o caminho de outros tantos surdos.

Libras é minha vida. Amo ensinar Libras para ouvintes e surdos. É maravilhoso ver a comunicação que existe entre surdos e ouvintes, o preconceito está sendo deixado de lado. A sociedade está interessada em nos ajudar e as portas

do mundo estão sendo abertas para as pessoas que são diferentes (Pessoas com deficiência).

Hoje estou conquistando meu espaço profissional, sou concursada como instrutora de Libras, sou concursada Docente de Libras, reconhecida pelo Estado do Paraná, Atuo no IFPR – Instituto Federal do Paraná (Campus de Palmas – PR) desde 2012, como Docente de Libras.

Acredito que muitas mudanças terão que acontecer. Estamos no caminho e muitas pessoas estão engajadas no processo. Os primeiros passos já foram dados e com ajuda e compreensão de todos continuaremos a caminhada em busca de um futuro melhor para nossas vidas.

3 ACESSIBILIDADE E DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Antes de discutir a acessibilidade e os direitos da pessoa surda, cabe refletir sobre o que é considerado normal ou anormal na sociedade, para além das questões biológicas.

De tal forma, ao tomar os estudos de Canguilhem (1995) como base, o anormal pode ser entendido como o sujeito que está fora da norma, que é dotado de características que o fazem anormal, isto é: não segue os padrões considerados comuns pela cultura a qual está inserido.

Esse obstáculo, entre o normal e o anormal, também invade os lares das pessoas surdas. Ao refletir sobre a aceitação de surdos, Santana (2007) explora relatos de famílias que sofreram para aceitar filhos surdos.

Percebe-se que as famílias criam em seu mundo mental uma nova significação para a deficiência, muitas vezes sem tentar entender ou aprender sobre. A dificuldade de lidar com outra língua que não seja a oral, faz com que os interlocutores do surdo se vejam em uma situação conflituosa, da qual preferem se afastar.

A imagem do surdo é comparada, sem nenhum exagero, à ideia de algo 'monstruoso'. Isso ocorre em função das cobranças sociais do que seja um ser humano 'normal' e dos mistérios – e medos – que envolvem o nascimento de um filho 'anormal' (SANTANA, 2007, p.26).

Quando falada a palavra “surdo”, parece soar mal, mas falar que uma pessoa é surda ou deficiente auditiva está correto, pois muitos receiam em falar e estarem errados. Para Sassaki (2012) algumas pessoas não gostam de serem consideradas deficientes auditivas e outras de surdas, sendo que algumas sentem-se indiferentes quanto a isso. Embora haja uma diferença, ambos compartilham a falta de audição. Esclarece-se que essa capacidade pode ser diversificada, indo de uma perda leve a uma perda total da audição.

Contudo, devemos utilizar essas palavras com cautela, pois esses termos podem ser utilizados em diferentes contextos quando falamos de um grupo ou uma pessoa só. Em seu uso formal, usamos o termo pessoas com deficiência auditiva, e em casos coloquiais podemos utilizar os termos “surdos”, “comunidade surda”, etc. Estes usos caracterizam as pessoas, pois muitas delas se limitam pelo seu grau de

perda, para poder se encaixar em uma “palavra correta”. Como aponta Toledo (2017):

Do ponto médico, o deficiente auditivo é denominado surdo quando ele apresenta um grau de perda auditiva profunda e é denominado hipoacústico quando a perda é leve ou moderada, mas o permite captar alguns sons com ou sem a ajuda de uma prótese auditiva. Do ponto de vista da Comunidade Surda, um surdo é aquele que é usuário da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); já o deficiente auditivo é aquele que não se identifica com a deficiência e nem tem conhecimento sobre LIBRAS (TOLEDO, 2017, s.p.).

Um autor consagrado em estudos culturais, e que discutiu profusamente as questões de identidade, Stuart Hall (2006, p. 7), traz reflexões sobre esse conceito no quadro da teoria social. Segundo o autor, o conceito de identidade sofreu modificações ao longo dos anos, podendo ser cronologicamente dividido em: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O primeiro era centrado na concepção do ser humano como alguém totalmente unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação. O sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que o interior do ser humano não era autônomo e autossuficiente, mas formado pela sociedade.

O sujeito pós-moderno é o que se encontra vigente, aquele que não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente, e, por isso, sua identidade adquire mobilidade. A partir dessa concepção, esse conceito expande-se para as sociedades modernas, pois são sociedades de mudança constante, rápida e permanente (HALL, 2006, p. 14).

No contexto atual, por conseguinte, ocorre antes um processo de desidentificação mais do que de identidade, e os teóricos buscam neutralizar consensos que afirmam competências e saberes para certos indivíduos e incompetências para outros. Segundo Lopes (2002, p.77), aqueles que não se enquadram no protótipo esperado são situados fora da sociedade. A concepção de identidade permeada pela ideia da padronização consolida a existência dos processos de segregação. A identidade tem relação direta com a alteridade, que significa distinção; o outro que é distinto, diferente do padrão. O outro é aquele que altera o padrão pela sua distinção. A diferença passa a ser, dessa forma, uma característica inata à espécie humana, mas não deve ser concebida em termos de superioridades ou inferioridades (QUINTANA, 2020).

Na esteira dessa discussão, deve-se ter em mente quão importante é a função da família no processo de desenvolvimento de crianças surdas. No caso de

filhos surdos de pais ouvintes, constituir identidade surda exige contato externo, envolvendo a escola e a comunidade surda. Acrescenta-se a ela, a importância do papel da escola, como a participação do instrutor surdo para o desenvolvimento cognitivo e social de alunos surdos, cabe destacar a relevância de investimento na formação desse profissional que está diretamente ligada à qualidade de ensino. Entre os inúmeros desafios do profissional da educação, ressaltando aqui o instrutor, está o de manter-se atualizado e em processo permanente de formação. O que significa pensar que não somente a formação, mas a compreensão de que, conforme aponta Lacerda (2013) este profissional terá uma amplitude em sua prática para além da formação:

Nessa perspectiva, o professor ou instrutor surdo é importante como um outro que contribuirá para a constituição das crianças surdas em relação com um todo social diverso, não mais pautado apenas na percepção de um mundo exclusivamente ouvinte, mas em coexistência de duas formas de vivenciar o mundo (LACERDA, 2013, p.76).

A identidade surda é a diferença que se estabelece através das relações na família, escola ou comunidade e não podem ser ignoradas ou apagadas. Não é algo estático ou homogêneo, a identidade é construída constantemente pelos diversos grupos surdos, constituindo diferentes culturas surdas. A escola para surdos pressupõe um espaço no qual o surdo possa desenvolver habilidades, conviver com surdos, se identificar com surdos, construindo, assim, sua própria cultura e identidade, longe dos olhares clínicos e concepções excludentes que permeiam a sociedade. Identidade não quer dizer, no entanto, segregação em pequenos grupos ou grupos definidos por estereótipos culturais que deveriam, pretensamente, viver em grupos separados. A ideia é a coexistência de pluralidades com recursos variados, reconhecendo a necessidade de aquisições de todas as partes, as quais, se não adquirem competência bi ou multilinguística, tentam minimizar os danos nas interações (PERLIN, 2013).

3.1 PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS PARA A ACESSIBILIDADE DE PESSOAS SURDAS

A partir das reflexões iniciais, apresentam-se algumas leis que sustentam a educação de surdos e fazemos algumas considerações sobre os profissionais que trabalham com surdos. Na sequência, discutiremos o grau de cumprimento de leis específicas sobre a acessibilidade da informação.

Um país, uma sociedade e um povo não vivem sem leis. Por meio delas, os deveres e os direitos do cidadão ficam normalizados. E para cada situação, existe um padrão a ser seguido ou cumprido, mediante aquilo que é apresentado pelas leis.

O homem é um ser eminentemente social. Não vive isolado, mas em grupos. A convivência impõe uma certa ordem, determinada por regras de conduta. Essa ordenação pressupõe a existência de restrições que limitam a atividade dos indivíduos componentes dos diversos grupos sociais. O fim do direito é precisamente determinar regras que permitam aos homens a vida em sociedade (GONÇALVES, 2012, p. 20).

Pressupondo-se, a partir da Lei nº 13.146/2015 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que a acessibilidade engloba a condição de igualdade, autonomia e exercício de direitos e liberdades essenciais à pessoa com deficiência, questiona-se neste texto o que define a deficiência.

É em 1980 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) expõe um sistema classificatório de deficiências, para estimular uma linguagem comum nas pesquisas e práticas clínicas. Nessa classificação, denominada de Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), a deficiência não é uma doença, mais uma condição que impossibilita ao sujeito estruturas que garantiriam o seu bem-estar, logo, envolve a anormalidade ou perda de alguma estrutura fisiológica, anatômica ou psicológica (MILANEZI, 2020).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que mais de 17,3 milhões de brasileiros, acima de 2 anos de idade, possuem alguma deficiência, correspondendo a uma porcentagem de 8,4% da população, dos quais 49,4% são idosos (IBGE, 2020).

No caso da educação básica, em 2019 o Censo Escolar, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP),

apontou que 1,3 milhão de brasileiros estão presentes nas instituições de ensino do país. O dado é 34,4% maior do que a quantidade de estudantes verificados em 2015, apontando para uma possível inclusão de tais sujeitos no âmbito escolar (CENSO ESCOLAR, 2019).

Destaca-se a importância da acessibilidade para pessoas com deficiência, como mencionado acima, de liberdades, serviços públicos e como pré-condição para a participação em todas as áreas da vida. Por outro lado, ainda não é juridicamente vinculativo um direito independente no campo dos direitos humanos, embora conceituado. Nos direitos humanos a acessibilidade é aceita como um valor comum, os esforços de determinação ainda estão em andamento. Para as pessoas com deficiência, a acessibilidade ainda não tem um valor normativo no nível conceitual. Na Lei dos Direitos dos Deficiência e outros regulamentos legais relevantes, discriminação ao problema da acessibilidade em todas as suas vertentes num mecanismo que inclui a proibição de não há disposições diretas que produzam uma solução. Em certas áreas há problemas com regulamentações esporádicas e circulares que garantirão a acessibilidade. Sobre os direitos das pessoas com deficiência, iniciou-se uma abordagem sobre acessibilidade, pela implementação das disposições da Lei da Deficiência em relação ao acesso físico, obrigação que foi lembrada por meio de atos normativos da administração, sob a forma de rascunho elaborado para prevenir e garantir a igualdade. No entanto, uma efetiva acessibilidade ainda não foi alcançada, pois tem sido abordada com um entendimento limitado para acesso a certos lugares, prevenção da discriminação e o acesso à informação e comunicação.

Considera-se também que a acessibilidade para surdos está em constante adaptação, para que sempre haja melhorias. Percebe-se que sua importância e necessidade aumentam a cada dia, desde em uma empresa, pois a contratação de pessoas com deficiência auditiva se faz necessária, até mesmo pela sua adaptação com a necessidade do indivíduo no local de trabalho.

A Lei da Acessibilidade Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, traz regras para promover a acessibilidade para surdos e para pessoas com outras deficiências ou com mobilidade reduzida, tais quais estabelece normas com relação a: barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, elemento de urbanização, mobiliário urbano, uso de tecnologias assistivas ou ajuda técnica e comunicação (BRASIL, 2000).

Portanto, essa lei foi criada para dar condições de acesso a pessoas que passam a necessitar dela, pois gera circulação e comunicação às pessoas com deficiência. Mediante essa lei, outras foram criadas para melhorar a acessibilidade. Outra lei importante nesse meio, a Lei nº 13.146, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), e aborda direitos ao transporte, educação e saúde das pessoas com deficiência, sem qualquer discriminação. Caso ocorra o descumprimento da lei, há punições contra isso. Vale ressaltar que várias outras leis foram criadas para ajudar na melhoria da acessibilidade da vida destas pessoas, com destaque para a regulamentação da Língua Brasileira de Sinais.

A Língua de Sinais, Libras, é usada como língua gestual pela maioria dos surdos dos centros urbanos brasileiros e reconhecida pela Lei 10.436 de 2002. A diferença é sua modalidade de articulação, a saber visual-espacial, ou cinésico-visual, para outros. Assim sendo, para se comunicar em Libras não basta apenas conhecer sinais, e sim saber que é necessário conhecer a sua gramática para combinar as frases, estabelecendo comunicação entre elas.

É com a Língua de Sinais que a comunicação das pessoas surdas acontece com mais rapidez e eficiência entre as pessoas que dela fazem uso.

A aprendizagem da Língua de sinais por uma pessoa surda acontece naturalmente, assim como quem ouve aprende a língua oral de seu país. Então, se uma criança que nasceu surda não fizer parte de uma família também de surdos, é importante que ela seja levada a uma comunidade de surdos, associação de surdos e/ou uma escola bilíngue. A criança que nasceu surda, em uma família de pais surdos, tem uma comunicação natural e direta através da língua de sinais, ao contrário da criança que nasceu em família de pessoas que ouvem, a sua comunicação não será tão rápida e direta (FERRAZ, 2014, p.5).

No Brasil, o primeiro atendimento escolar às pessoas com deficiências que se tem conhecimento histórico é datado de 1854, quando através do decreto imperial nº 428, Dom Pedro II funda, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos 46 meninos cegos. E no ano de 1857, na mesma cidade, Dom Pedro II funda, pela Lei nº 839 de 26 de setembro, o Imperial Instituto dos surdos-mudos, ainda hoje a mais importante escola desse gênero no país, com o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (BARATA; PROENÇA, 2001, p. 45-46).

O imperador D. Pedro II se interessou pela educação dos surdos devido ao seu genro, o Príncipe Luís Gastão de Orléans, (o Conde d'Eu), marido de sua segunda filha, a princesa Isabel, ser parcialmente surdo". Contudo, não

se tem confirmação desse fato. A convite de Dom Pedro II, Ernest Huet, um professor surdo francês e sua esposa chegam ao Brasil, em 1855, com o objetivo de fundar uma escola para surdos. Em 26 de setembro de 1857 é fundado o INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), como hoje é conhecido, na cidade do Rio de Janeiro (STROBEL, 2008. p. 89).

Já no período compreendido entre 1905 e 1950, muitas das instituições que foram criadas para o atendimento das pessoas em situação de deficiência eram privados e de caráter assistencialista. Por sua vez, os serviços públicos eram prestados nas escolas regulares, que ofereciam classes especiais.

De acordo com a Lei N° 10.436 de 24 de abril de 2002, Libras é oficializada no Brasil, embora já fosse utilizada pelos surdos há muitos anos. O bilinguismo diz respeito a duas línguas, ou seja, no caso do Brasil, a Libras e a Língua Portuguesa na modalidade escrita. Segundo o decreto nº 5.626/05 a Libras passa a ser a Língua de instrução dos alunos surdos e a Língua das comunidades surdas Brasileiras.

A língua de sinais é uma linguagem viso espacial, na qual os gestos são traçados no espaço para serem vistos. Ela tem parâmetros próprios. Assim, algumas características da linguagem oral, como uma entonação ou um questionamento, não são compreensíveis para a pessoa surda (LIMA, 2006, p.68).

Diante do reconhecimento legal da Libras, assim como toda língua, a mesma possui uma gramática específica e regras para que seja executada de maneira correta, como a utilização gestual das mãos. Sobre a regulamentação, Santos (2013, p. 3) diz que:

Entretanto, apesar de regulamentada, a Libras carece de uma sistematização em seu ensino, uma vez que o Decreto Federal apenas faz vagas referências sobre o uso e difusão da língua para o acesso das pessoas com surdez à educação formal, indicando a necessidade de haver cursos de formação de professores e de intérpretes da língua através de instituições competentes para tal [...]. A distância entre a pessoa surda e o conhecimento acadêmico, e a ausência dela nos espaços escolares, só reforça o mito, por causa da ignorância, de que a LIBRAS não é Língua natural, ou é mera linguagem dependente das línguas faladas (SANTOS, 2013, p.3).

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) como um meio legal de comunicação no Brasil, a ampliação do número de profissionais Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais e Língua Portuguesa (TIL) foi significativa.

A profissão de TILS, como já destacado anteriormente, passou a ter maior visibilidade, principalmente com o decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005. Neste documento, dentre outras providências, em seu capítulo V, que trata da formação do

tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa, determina em seu artigo 17º que a formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa (BRASIL, 2005).

Como vemos, esses documentos legais e em muitos trabalhos produzidos dão maior destaque para a área educacional, onde se destaca maior demanda pelo trabalho de tradução e interpretação da Libras. Porém existem outros contextos em que o profissional TILS atua. Esse trabalho nos mais variados contextos se deve principalmente pela legislação vigente do país, pois esta, como já destaca Machado e Feltes (2015, p. 239), tem:

o propósito de levar as instituições a cumprirem a inclusão social da acessibilidade comunicacional. [...] é importante que os espaços sociais (públicos) sejam também contemplados na inclusão social da pessoa surda, garantido o acesso à comunicação e à informação nesses espaços (MACHADO; FELTES, 2015, p.239).

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em seu artigo 73 apresenta que é de responsabilidade do poder público, “diretamente ou em parceria com organizações da sociedade civil, promover a capacitação de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais habilitados em Braille, audiodescrição, estenotipia e legendagem” (BRASIL, 2015, s.p.).

O TILS é também citado no documento da Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, no artigo 9 que trata da acessibilidade, no qual afirma que os países participantes devem tomar medidas para, dentre outras coisas, “oferecer formas de assistência humana ou animal e serviços de mediadores, incluindo guias, leitores e intérpretes profissionais da língua de sinais, para facilitar o acesso aos edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público” (BRASIL, 2007, p. 36).

Apesar de a legislação buscar a efetivação da acessibilidade na comunicação por meio da Libras, faz-se necessária a reflexão também quanto a qualidade dessa acessibilidade, não só na área educacional, como em todos os contextos em que o surdo está inserido.

No caso da atuação profissional, destaca-se a LEI Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Isso faz com que o profissional tenha compromisso

em repassar com fidedignidade as informações colhidas e representá-las de forma que seja compreendido para seu público. Exige-se deste profissional o pleno domínio dos sinais e, conseqüentemente, estar em constante aprimoramento.

Já o projeto de Lei 4578/20 determina que as emissoras de TV aberta devem, obrigatoriamente, disponibilizar a janela com intérprete de Libras em seus programas de notícias.

Os intérpretes de língua de sinais compartilham todas as responsabilidades dos demais profissionais da área e, no caso daqueles que atuam no contexto da comunicação midiática, são vistos como a face da comunidade surda, modelos para quem adquire a língua de sinais e como mediadores entre os mundos ouvinte e surdo. Ao contrário dos intérpretes de língua oral que trabalham principalmente na sua língua materna, os intérpretes de língua gestual trabalham necessariamente na sua segunda língua, uma vez que precisam de ser capazes de ouvir e ter uma língua oral como sua em primeiro lugar. Os intérpretes de língua de sinais serão bilíngues e biculturais, como muitos de seus interlocutores surdos, mas estarão sempre desempenhando o duplo papel de representar o mundo ouvinte para a comunidade surda e fazer parte do mundo surdo do ponto de vista da comunidade surda.

4 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DA LIBRAS

Saindo das reflexões sobre a constituição dos direitos da pessoa surda, mas sem deixar de traçar inferências sobre a promoção da cidadania e da inclusão, passa-se a abordar em profundidade os desafios das práticas de acessibilidade promovidas no Brasil, atentando-se para a Língua de Sinais e sua importância para o sujeito surdo. Todavia, inicialmente, convém expor as principais distinções entre a modalidade oral da língua portuguesa e a Língua de Sinais.

4.1 PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AS LÍNGUAS DE SINAIS E AS LÍNGUAS FALADAS

As línguas de sinais têm funções sociais e cognitivas semelhantes às oferecidas pelas línguas faladas. Por utilizar os métodos espaciais utilizados nas línguas de sinais em sua transmissão, características estruturais diferentes dos métodos auditivo-verbais das línguas faladas. Enquanto a linguagem falada faz uso do sistema de som durante a produção, a língua de sinais usa as mãos, a parte superior do corpo e a face. A língua de sinais usada na sociedade deriva da língua falada dessa sociedade. A língua de sinais não é derivada da língua falada, mas, assim como esta, não apresenta uma única língua de sinais usada por todas as comunidades linguísticas, de tal modo, é usada por cada sociedade a partir de suas próprias regras.

Quando se examinam as estruturas básicas das línguas orais, como fonologia e morfologia, surgem as diferenças da língua de sinais. Na linguagem falada, os sons da linguagem são produzidos pelo aparelho fonador e percebidos pelo sistema auditivo. Por outro lado, a língua de sinais possui, em geral, cinco parâmetros “fonomorfológicos” básicos que a distinguem da língua falada, conforme Quadros (2004, p. 20) “nas línguas de sinais, as configurações de mãos juntamente com as localizações em que os sinais são produzidos, os movimentos e as direções são as unidades menores que formam as palavras”. Na fala coloquial, uma palavra diferente, mas significativa, é formada pela mudança de um som dentro de uma palavra, gerando, portanto, diferença de significado em função da comutação de apenas um som. Essas diferenças são constituídas de traços distintivos mínimos,

ou fonemas. Com a mudança do parâmetro fonológico, é possível referir-se a um significado diferente.

Na língua de sinais, esse aspecto fono-morfológico encontra equivalências em outros parâmetros. Os sinais correspondem a indicações de movimento, orientação e posição, diferentes formas de posicionamento da mão, que se constituem como o sinal distintivo ou o menor par.

Sem a utilização de uma gramática, apenas com sinais criados aleatoriamente para se comunicarem, fez-se necessário a criação de conceitos para dar sentido aos sinais, passando assim não somente na comunicação, mas principalmente na educação dos surdos.

Os gestos realizados pelos praticantes de Libras interagem por meio do ato da imitação de símbolos criados e desenvolvidos relacionados a determinadas coisas. As línguas de sinais aproveitam essa utilidade dos gestos trazendo para dentro da língua, fazendo assim, com que esses sinais visuais se tornem palavras que envolvam a organização da Língua.

O mais importante deve ser a língua de sinais, pois ela diz respeito aos fundamentos cognitivos dos surdos, além de propiciar, graças ao seu emprego e à reflexão que permite, o pensamento crítico sobre os conceitos de deficiência e pertencimento nacional.

Pode haver mais de uma língua de sinais em um país, assim como há línguas faladas. Isso tem a ver com o desenvolvimento histórico, que difere do desenvolvimento das línguas faladas. Existem também famílias linguísticas nas línguas de sinais as quais são entendidas pelas famílias que cercam as pessoas e ou grupos, as quais por vezes é usado sinais aleatórios ou mímicos por aqueles que não compreendem ou não dominam os sinais em Libras.

4.2 DESAFIOS COMUNICACIONAIS E EDUCACIONAIS LIGADOS A LIBRAS

Os sinais surgem da combinação de configurações de mãos, movimentos e de pontos de articulação – locais no espaço ou no corpo onde os sinais são feitos, os quais, juntos, compõem as unidades básicas dessa Língua. Esse dado é de fundamental importância para os profissionais de diversos setores que pretendam

trabalhar com acessibilidade, mesmo na área da informação e comunicação midiática, pois a dinâmica atencional à atuação do corpo deve ser incrementada.

Tradicionalmente, a discussão sobre surdez, educação e língua de sinais vem sendo desenvolvida, e ampliada, nos últimos anos por profissionais envolvidos com a educação de surdos, como também pela própria comunidade surda. A educação e inserção social dos surdos constituem um sério problema, e muitos caminhos têm sido seguidos na busca de uma solução nesse campo, mas a área de informação dedica-se ao tema mais recentemente e apresenta-se bastante ineficiente nesse aspecto. Compreende-se, portanto, que se de um lado há uma deficiência de certa condição física, de outro, há ineficiência das instâncias responsáveis pelo acesso a interações comunicacionais como um todo.

Os pais dependem de profissionais para o ensino da língua de sinais e/ou da oralidade da criança. Infelizmente, alguns profissionais da área da saúde e educação, por falta de conhecimento, não orientam os pais de crianças surdas sobre a importância da Língua Brasileira de Sinais. Falam sobre aparelhos auditivos e reabilitação – que também são importantes – e deixam de lado e minimizam a importância daquela que será a responsável por desenvolver a área cognitiva, que dará a capacidade de expressar seus sentimentos, de entender o mundo a sua volta

Para muitos surdos, o aprendizado da língua portuguesa é um processo demorado. O mais importante para a criança surda é aprender uma língua na mesma velocidade e no tempo adequado à criança ouvinte. Isso não se dará com a oralização e, sim, com a Língua de Sinais.

Para os defensores do bilinguismo, o uso da Língua de Sinais traz grandes benefícios para a criança com surdez. Aponta-se a necessidade de o surdo ser “bilíngue”, ou seja, de ter acesso e dominar a sua língua natural, a língua portuguesa, na modalidade escrita e, quando possível, na modalidade oral.

Segundo Fernandes (1990), é fundamental o acesso à Língua de Sinais o mais precocemente possível, pois a dificuldade do surdo em adquirir língua oral nos primeiros anos traz consequências para o seu desenvolvimento mental, emocional e sua integração social.

É importante ressaltar que a Língua de Sinais não atrapalha a aquisição da língua oral, muito pelo contrário, ela fornecerá todo aparato linguístico necessário para estruturação do pensamento e aquisição de outras línguas. Não é possível privar crianças surdas de sua língua natural.

Desde as primeiras escolas europeias para surdos, passando pelo Brasil Império (fundação do INES), várias mudanças ocorreram no sentido de uma maior valorização da educação de surdos, mas não sem polêmicas, equívocos e descumprimento de leis por interpretações simplistas decorrentes de desconhecimento da questão, motivo por que nesta dissertação enfatizamos aspectos aparentemente não atinentes ao jornalismo acessível. Como se mencionou anteriormente, não basta saber da necessidade ou obrigatoriedade de realização de acessibilidade da informação. Não há softwares, algoritmos, capazes de resolver os vários aspectos envolvidos na tradução e interpretação de Libras se não houver especialistas colaborando com programadores e jornalistas; e essa ajuda advém do conhecimento global daqueles sobre a condição do surdo, seus problemas de formação, suas eficiências e interesses, sobre a própria natureza da Libras e porque a luta foi na direção de seu reconhecimento de língua e não apenas como linguagem.

Com o processo de redemocratização e ascensão da Constituição de 1988, a legislação brasileira sobre a educação abrange a todos, sejam surdos ou ouvintes. A escola é um ambiente social onde o desenvolvimento do indivíduo e o acesso ao conhecimento devem acontecer. Nesse sentido, a escola enquanto instituição social tem desafios ao acolher as diferenças, pessoas de classes sociais variadas, indivíduos de várias raças, religiões e com especificidades diferentes. Os surdos vivem a partir da diferença surda e também possuem suas especificidades, como qualquer outra diferença humana. E por isso a escola, os educadores e educandos precisam de diretrizes. A Constituição Federal é clara em relação ao direito à educação.

Art. 205. A educação, direitos de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para os exercícios da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Sem oportunidades, a probabilidade de educação continuada para surdos e deficientes auditivos na atualidade não é suficientemente grande para a extensão do Brasil, para o ensino da língua. As crianças surdas e pessoas com deficiência auditiva severa, em particular, precisam de apoio bimodal e bilíngue em língua de sinais (falado e escrito). Há poucos professores especializados em línguas de muitos

sinais ou bilíngues e professores pessoas com deficiência auditiva. Para isso, os alunos devem ser capazes de usar a língua de sinais para que as crianças surdos e pessoa com deficiência auditiva em particular, o corpo docente seja capaz de usar a língua de sinais para que as crianças surdas e com deficiências severas possam acompanhar nas aulas particulares e bilíngues. Os estados federados devem garantir que os professores e especialistas federais atualmente não são legítimos cursos de idiomas que têm um nível de adaptação adequado, o que deve frequentar cursos de linguagem adequados, o que confirma que deve ser determinado.

No entanto, como apontam Lacerda, Albres e Drago (2013), um pré-requisito importante para a inclusão é que a língua de sinais seja usada na sala de aula em pé de igualdade. Além disso, deve-se evitar que as crianças com deficiência auditiva sejam escolarizadas em uma integração individual. A troca e os sociais da mesma idade também pessoas com deficiência auditiva com pares (“grupo de pares”) são essenciais para a saúde mental e o desenvolvimento das crianças e devem ser indefinidamente tidos em conta na concepção do quadro escolar. Portanto, é essencial que as escolas para surdos e pessoas com deficiências auditivas continuem a existir e sejam realizadas.

A desvalorização da língua de sinais dificulta a comunicação dos surdos com os ouvintes, impossibilitando o avanço do desenvolvimento intelectual, o que resulta no aumento significativo da estagnação acadêmica ou até mesmo na evasão desses discentes. Além disso, é importante o professor ter conhecimento da língua de sinais, não desvalorizando o trabalho do intérprete, mas é necessário salientar que apenas a presença do intérprete como única proposta de adotar o bilinguismo não garante uma inclusão adequada dos discentes surdos. Como explica Silva e Sousa:

O modelo vigente na escola inclusiva, que se funda na participação do intérprete, tem sido frequentemente questionado por não oportunizar condições coerentes à aprendizagem e ao desenvolvimento desses estudantes. Fatores relacionados à proficiência dos professores em Libras, ao trabalho escolar pautado na língua e à cultura surda são elementos defendidos pelos surdos. (SILVA e SOUSA, 2016, p. 36)

Mesmo diante de todos os benefícios conquistados pela comunidade surda no cenário brasileiro, alguns desafios são encontrados, principalmente no âmbito escolar, como, a falta do intérprete em sala de aula, do profissional com especialização em Libras, a insuficiência de material didático entre outros. Para

haver a inclusão, não é necessário apenas a abertura de matrículas, mas deve haver também a socialização destes indivíduos com o restante do grupo de seu convívio escolar.

Nessa perspectiva, é necessária a análise da prática docente, do papel do intérprete, das metodologias de promoção da Libras, desenvolvimento de metodologias para melhorar a aprendizagem dos surdos e dos percalços que os docentes precisam enfrentar para a melhoria do fazer pedagógico cotidianamente, sabendo que a formação contínua desses profissionais se faz necessário.

Existem alguns problemas relacionados à dificuldade de interpretação do conteúdo abordado em sala de aula devido aos impasses da compreensão do assunto pelo intérprete, pois, na maioria das vezes, o intérprete não possui formação na área cuja aula está sendo aplicada. Assim torna-se necessário a integração da equipe pedagógica em todo o processo de ensino aprendizagem para garantir o desenvolvimento acadêmico e social do aluno dentro do meio escolar.

O maior desafio relacionado à inclusão escolar é garantir o acesso e a permanência do aluno surdo em sala do ensino regular, visto que esse ambiente deve estar preparado para atender as particularidades de cada um, dando atenção especial no seu desenvolvimento global, não é só pensar no aspecto físico e sim no social e acadêmico (MARILENE; MEYER, 2016, p. 3).

O professor precisa estar preparado para receber qualquer tipo de aluno, com deficiência ou não; compete ao profissional da educação adquirir conhecimento de práticas inclusivas para ter noção de como aplicá-las dentro do seu trabalho cotidiano, desenvolvendo habilidades a fim de tornar suas aulas mais acessíveis ao aluno que está sendo incluído. Além dos professores, os outros profissionais da escola devem estar capacitados com conhecimentos básicos necessários para que a aprendizagem e a inclusão desses alunos sejam de forma completa.

De uma boa formação escolar, com esforços integrativos e empenhos conjuntos para rejeitar a intolerância, formam-se tanto um aluno surdo auto-confiante e interessado em projetar seu futuro quanto um profissional ouvinte preocupado com a acessibilidade em todos os campos da atividade humana.

Assim como a educação envolve a formação pluralista, a compreensão da cultura surda implica reconhecer alguns aspectos de suas vivências e socializações que determinam, inclusive, pautas importantes a serem abordadas nas mídias em

geral, e no jornalismo em particular, como forma de visibilização da comunidade surda e da problemática de uma sociedade injusta e desigual.

Para entender a língua de sinais, tem-se que entender os surdos. Como minoria linguística, eles mantêm sua comunidade e sua própria cultura - que eles têm prazer em compartilhar. Tais experiências conectam surdos e deficientes auditivos em todo o mundo (SKLIAR, 1997).

Os surdos encontram um equilíbrio para a vida cotidiana muitas vezes extenuante entre ouvintes na comunidade de pessoas com a mesma opinião, onde o foco não é a pessoa com deficiência auditiva, mas a sua personalidade. Aqui, os surdos podem ser eles mesmos, manter contatos sociais, explicar os aplicativos mais recentes uns aos outros, compartilhar preocupações profissionais e ouvir focos sobre os outros. Quando os surdos estão entre si, a cultura dos surdos vive; aberto, espontâneo, criativo, visual, solidário e generoso. Ao mesmo tempo, os surdos no Brasil têm orgulho de viver em duas culturas. Eles são pontuais, votam, assistem ao noticiário com legendas e língua de sinais, são acordados por um sistema intermitente, usam o telefone e criam seus filhos bilíngues. Essa diversidade se reflete na cultura dos surdos e é a base para uma vida autodeterminada e autoconfiante para surdos e pessoas com deficiências auditivas no Brasil. É por isso que os Surdos apoiam e promovem a comunidade e a cultura dos surdos e convida todos os interessados a mergulhar nessa cultura. Quem liga as legendas na televisão ou surpreende seu filho com sinais de bebê já faz parte disso.

Uma linguagem comum, valores, tradições e partilha são necessários para a formação de uma cultura. A comunidade surda também possui uma linguagem própria e os valores, tradições e partilhas comuns que se formam desta forma. Isso não é apenas culturalmente, linguisticamente como resultado, eles se destacam nesse contexto em relação a outros grupos de deficiência, pois se encontram em um ponto comum. Portanto, estão desabilitados não como uma minoria cultural, mas como uma minoria cultural. A língua de sinais também está no centro da cultura surda. Essa linguagem transforma a surdez, que não cria uma deficiência para eles, em uma identidade e modo de vida. Cultura surda e língua de sinais continuam sendo transmitidas através das gerações, especialmente através da educação de surdos e escolas para surdos. Nota-se que nas gerações surdas

A surdez não é vista como um defeito ou defeito, e mesmo essa visão é fortemente oposta. Especialmente interpretam o método de implante como uma séria

ameaça à sua própria cultura. Porque ser surdo é definido como uma identidade cultural nesta perspectiva. Qualquer opinião contrária a essa situação, que define sua própria identidade e cultura, é uma vergonha para os surdos.

Ao contrário da aprendizagem da língua oral, o uso da língua de sinais deve ser generalizado. Enquanto o modelo médico defende a eliminação da deficiência auditiva, os surdos se opõem a essa visão porque veem a surdez como um modo de vida. Indivíduos que se veem como parte do grupo surdo geralmente são indivíduos que sofrem de perda auditiva congênita ou pré-linguística. Ao escolher a língua de sinais como língua de comunicação, eles têm um sentimento de pertencimento à comunidade surda e se orgulham dessa identidade.

Tais dados sobre a educação de surdos não fogem ao escopo deste trabalho: educação e comunicação são transversais a todo tipo de reflexão sobre acesso à informação. Escola e meios de comunicação definem seus campos pela responsabilidade que assumem com respeito ao cidadão. Entende-se que iniciar tentativas de processos inclusivos nas mídias, incluindo o jornalismo, pressupõe entender todo o espectro de conhecimentos necessários para traçar estratégias discursivas. A esse respeito, destaca-se o exemplo de uma escola na cidade de Palmas, local de residência da pesquisadora deste trabalho, pela familiaridade com sua trajetória para a formação, integração e potencialidade comunicacional de seus alunos¹.

Assim, a Língua de sinais passou a dar voz às mãos dos surdos e a todos aqueles que durante muito tempo foram silenciados pela ignorância e falta de conhecimento sobre a surdez.

Interagir com outros sujeitos e construir a sua linguagem, condição imprescindível para que o indivíduo possa apropriar-se da cultura e se constituir como sujeito”. Portanto, assim pode-se desenvolver um melhor relacionamento interpessoal, além de uma melhor integração educacional e no mercado de trabalho. (LIMA, 2006, p.63)

Depois de diversos obstáculos presentes na luta dos surdos ao direito de sua língua, ao direito de se comunicar, então é notório que a Libras ainda precisa de

¹ Em Palmas – PR, iniciou-se o ensino de Libras em 2002 com a inclusão dos alunos surdos na escola de Ensino Regular sem uso da Língua de Sinais, apoiando-se em Leis, Decretos e Resoluções vigentes em nível nacional. A disciplina de Libras foi implantada para atender à diversidade com um programa de atividades desenvolvidas e segue o que está na matriz curricular, sendo a Escola Municipal Professora Senhorinha Miranda Mendes a primeira do município a trabalhar Libras como disciplina, visando a atender às necessidades educacionais especiais de seus alunos.

alguns cuidados e análises. Para assim ser reparado todas as marcas históricas presentes em uma fase de lutas e conquistas, onde se houveram avanços para a Língua Brasileira de Sinais. Os sinais para os surdos permitem além da comunicação básica, mas ela é uma troca de sentimento, uma forma de sentir, uma inserção ao meio social, ela deixa de ser vista apenas como uma mímica, ou algo “teatral”, ela passa a ter valor cultural e representar a voz de diversas pessoas.

Expressando assim uma língua no sentido próprio do termo e se tornando oficial para a sociedade surda e, como consequência formalizando uma cultura: a cultura surda.

A cultura surda tem sua língua, seus hábitos, costumes, a sua estrutura familiar, seu jeito de dirigir, de assistir a um filme, de ir a um restaurante. Tem valores e ideias próprias, porque queriam ser socializados, hoje querem ter sua cultura aceita, a Língua de Sinais valorizada. Envolve futebol, drama, arte e outras coisas próprias do surdo. Denise (2007, p. 113)

A sociedade surda passou por diversos processos históricos em relação ao avanço do ensino e aprendizagem em Libras, houve diversos desafios e dificuldades desde a Europa até o contexto nacional, com eventos importantes que influenciaram nesse processo de transição para a inserção e utilização da Língua de sinais, como língua materna dos surdos.

Considera-se, no estado atual, que houve avanços importantes em relação à utilização da Libras como língua oficial da sociedade surda, com auxílio e criações de leis, que asseguraram e afirmaram a transição dessa população para a aprendizagem, assegurando o direito de aprender e de obter uma melhor conduta de ensino, mas sendo possível também afirmar que para os surdos essa luta por direitos educacionais e informacionais favoráveis está longe de ter um fim.

5 APONTAMENTOS SOBRE A ACESSIBILIDADE DOS SURDOS AO CONTEÚDO TELEVISIVO NO BRASIL

Neste capítulo, abordamos dois recursos empregados pela televisão brasileira visando ao cumprimento de legislação atinente à acessibilidade de pessoas surdas: a legendagem e a janela de libras, procurando mostrar os avanços que representam tanto para a comunicação dos surdos quanto para a visibilidade dessa comunidade, mas também seus problemas e limitações.

Como já mencionado, as línguas de sinais não são internacionais, nem são línguas artificiais como o esperanto. Cada país tem sua própria língua de sinais desenvolvida naturalmente e dialetos não são incomuns nas línguas de sinais. As várias línguas de sinais têm vocabulários muito diferentes e cada uma tem sua própria estrutura gramatical.

Por serem as línguas naturais dos surdos, que quase sempre são minoria na sociedade, as línguas de sinais têm uma função cultural especial. As línguas de sinais são a principal semelhança que define a comunidade surda. A variedade de expressões das línguas de sinais não é inferior a outras línguas.

O que é particularmente importante é a chamada simultaneidade, ou seja, a possibilidade de expressar informações linguísticas ao mesmo tempo usando diferentes articuladores, como as mãos, a parte superior do corpo, a cabeça e a face. Essa simultaneidade já compensa o tempo de produção mais lento dos gestos em relação à linguagem falada no nível da frase. Assim, frases, conversas ou histórias duram tanto ou curtas em línguas de sinais quanto em línguas faladas.

Cabe mencionar nesta parte do trabalho que o reconhecimento da Libras como língua é fundamental no campo da comunicação, porque é com base nesse princípio que se reconhece o bilinguismo no próprio país e a necessidade de sua tradução. Todas as línguas são formas de linguagens, ou seja, são sistemas semióticos porque comportam significação, mas nem todas as linguagens têm o estatuto de línguas na medida em que não apresentam formas articuladas. Deve-se entender, porém, que a articulação das chamadas línguas naturais (como o português), definida em termos de dupla articulação por conter formas e substâncias do significado e do significante, são diferentes das múltiplas articulações das línguas dos sinais (CAETANO, 1998, p. 9-27). Esse desconhecimento acarretou a dificuldade de muitos especialistas linguistas (em línguas orais) de reconhecer os

sinais como componentes de uma língua com seus estratos formais e semânticos. Embora não seja necessário detalhar de um ponto de vista linguístico tais diferenças para o escopo deste trabalho, alguns esclarecimentos devem ser feitos, sobretudo pensando no público desta pesquisa que se inicia nas questões da acessibilidade informacional.

Acreditando que os surdos só compreendessem por leitura labial, muitos consideraram que a exigência de máscaras no início da pandemia de Coronavírus 2019 comprometeria a comunicação dessa parcela da sociedade. De fato, limita as expressões faciais e impede a leitura labial, mas esse é um recurso complementar de entendimento. A língua de sinais é seu principal meio e, assim como para os ouvintes os gestos são adicionais da compreensão, para os surdos a leitura labial é apenas um dos componentes que não se aplica à maioria. Trata-se de uma linguagem independente com sua própria gramática. Durante séculos foi proibido nas escolas, depois tolerado. Tampouco visível por um longo tempo. Depois de muita pressão, os intérpretes de Língua de Sinais finalmente estão sendo usados publicamente em algumas coletivas de imprensa na política para obter informações sem barreiras.

Ao longo deste texto, exploram-se os aspectos desafiadores para a acessibilidade dos surdos em programas televisivos, atentando-se tanto para o papel dos meios de comunicação quanto dos intérpretes na promoção da inclusão.

5.1 PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS - LIBRAS NA TV

Os surdos foram percebidos de formas variadas: com piedade e compaixão, como pessoas castigadas pelos deuses ou como pessoas enfeitiçadas, e por isso eram abandonados ou sacrificados. Com o passar dos tempos, e com o avanço em relação às pesquisas sobre surdez, esse paradigma está se transformando. Estão sendo criadas leis que o privilegiam e que procuram facilitar seu desenvolvimento social, educacional e cultural, como por exemplo, a Lei Brasileira que regulamenta a Libras como língua oficial a ser utilizada pela comunidade surda, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. O artigo quarto desta mesma lei, sancionada pelo Presidente da República em 2002, apresenta a obrigatoriedade de se oferecer Libras nos cursos de Licenciatura, Pedagogia e Fonoaudiologia.

Art. 4º. O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente. (BRASIL, 2002)

As televisões são onipresentes em nossa sociedade; a educação pela televisão começa em casa, em creches e pré-escolas, pela disponibilização de programas como às crianças muito pequenas. A televisão molda nosso conhecimento e compreensão de nossa cultura e do mundo mais amplo. O componente de áudio da televisão, no entanto, é inerentemente inacessível para pessoas surdas ou pessoas com deficiência auditiva.

O advento das legendas televisivas, como tecnologia assistiva para surdos, abriu novas possibilidades para essa população acessar a mídia televisiva. As legendas são a versão datilografada do componente de áudio da televisão, fornecendo uma exibição visual do diálogo, narração, música e efeitos sonoros para aqueles que não podem ouvir. Assim, com a intenção de tornar a televisão mais acessível aos surdos e pessoas com deficiência auditiva, afirma que todos os aparelhos de televisão com telas de 13 polegadas ou maiores devem ter legendas embutidas.

À medida que mais programas de televisão são legendados, ainda não está claro quantas pessoas são totalmente capazes de utilizar essa tecnologia. Como o uso de legendas envolve “ler televisão”, a leitura é uma habilidade essencial para a compreensão de legendas e, por extensão, para a compreensão de programas de televisão. O processo de leitura envolve o uso de conhecimentos prévios e memória de curto prazo; para pessoas surdas, também pode exigir habilidade em um idioma falado que eles não dominam.

Assim, questões de letramento, conhecimento conceitual e restrições de memória passam a influenciar a compreensão das legendas televisivas. Na televisão e filmes legendados (que são presumivelmente em um nível de leitura mais alto) são bastante populares entre crianças em idade escolar.

Além disso, quando foi sugerido que as legendas deveriam ser “diluídas” para um nível de leitura mais acessível, membros da comunidade surda clamaram, exigindo a mesma informação que seria dada a um ouvinte. Sem habilidades

fluentes de leitura de palavras e conhecimento prévio adequado, no entanto, uma pessoa surda assistindo televisão pode perceber visualmente a ação, mas porque as informações específicas, as sutilezas da conversa ou todo o enredo do programa são de alguma forma inacessíveis, a pessoa está apenas “percebendo” o programa. A televisão totalmente acessível pode fazer a diferença entre perceber o programa e conceituar o programa.

As legendas tornaram a televisão acessível, até certo ponto; a questão permanece, no entanto, se os espectadores surdos estão colhendo as mesmas informações das legendas que os espectadores ouvintes são capazes de obter através da porção de áudio da televisão. Portanto, o objetivo desta pesquisa é determinar o quão acessível é o conteúdo televisivo para o espectador surdo, avaliando a compreensão de programas de televisão com e sem legenda.

Existem, como já mencionado, duas formas alternativas de dar aos surdos e pessoas com deficiências auditivas acesso a televisão: legendas ou o uso da língua de sinais em diferentes formas, desde uma inserção mostrando um intérprete de língua de sinais. Como uma regra, emissoras preferem a legendagem, argumentando que esta é mais rentável e permite alcance de todo o grupo-alvo de surdos e pessoas com deficiências auditivas, enquanto a língua de sinais seria dirigida apenas a um pequeno grupo. Essa visão não é compartilhada pela comunidade surda, que clama pelo “reconhecimento da língua de sinais” e seu uso em programas de atualidades.

As legendas complementam as traduções em Língua de sinais e vice-versa, pois nem todas as pessoas surdas ou com deficiência auditiva expressam-se oralmente, além disso, muitos não usam o recurso de legendas. É válido destacar que programas e filmes que exibem apenas legendas não refletem adequadamente cenas emocionalmente profundas.

Portanto, é a combinação de ambos, legendas e traduções em língua de sinais, que permite aos espectadores compreender o conteúdo e aprimorar suas habilidades de linguagem escrita. Apenas poucos programas de televisão oferecem legendas e/ou intérpretes de língua de sinais. Portanto, é indispensável aos produtos televisivos tornar-se acessível para cada um de seus espectadores.

Ao considerar que assistir televisão era “apenas imagens”, ou seja, em grande parte incompreensível, para surdos e pessoas com deficiências auditivas no Brasil, é com o advento do Teletexto, fornecendo ao público notícias 24 horas por

dia e informações sobre serviços, que a televisão se tornou uma fonte de informação para surdos e pessoas com deficiências auditivas. Tais sujeitos têm acesso a informações escritas atualizadas nas áreas de política, economia, esportes, artes e educação etc.

Desde então, transmissões em que as legendas são exibidas através do sistema de teletexto estão disponíveis para benefício das pessoas com deficiência auditiva.

Apesar do grande número de espectadores a favor das legendas, os produtores relutam em arriscar qualquer perda de receita publicitária que resultaria de uma queda nas classificações. [...] A solução veio com a invenção de legendas integradas em sinais de transmissão e visíveis apenas para aqueles que tinham um decodificador adequado (DE LINDE 1996, p. 173).

No Brasil inicialmente, foram utilizadas legendas para um programa diário de aconselhamento e autoajuda na TV abertos. Posteriormente, o uso de legendas foi continuamente expandido. Em um esforço para atender às necessidades e desejos do grupo-alvo, tanto quanto possível, os criadores do programa realizaram repetidas pesquisas. Nos estágios iniciais, o uso de legendas foi amplamente confinado aos programas de entretenimento e séries de TV populares abertos. A necessidade para os surdos e deficientes auditivos terem acesso a formatos de informação tornou-se aparente, e as legendas foram gradualmente estendidas a outros programas, incluindo notícias e assuntos atuais.

Embora seja relativamente fácil identificar a primeira aparição da legendagem para os telespectadores surdos e deficientes auditivos na televisão, é muito mais difícil ser exato sobre onde e quando a língua de sinais foi usada pela primeira vez neste contexto como uma língua de comunicação em tela (como na inclusão de um participante assinante); é igualmente difícil ser exato sobre quando a interpretação da língua de sinais, como uma solução de tradução audiovisual que faz a ponte entre o mundo do som e o mundo surdo, foi introduzida pela primeira vez na tela.

Tal como aconteceu com a legendagem ou legendagem de teletexto, parece que os programas assinados, ou programas com interpretação de linguagem gestual, também tiveram a sua primeira aparição em meios audiovisuais líderes em termos de acessibilidade de meios para espectadores pessoa com deficiência

auditiva. Durante muito tempo, ainda na Antiguidade, o surdo foi visto como um ser inferior, o qual, muitas vezes, não podia ter acesso à educação ou contato com as demais pessoas da sociedade.

Além de facilitar o ensino de idiomas através da televisão, também promove a inclusão das pessoas surdas. E ainda passou a ser bem aceita nos lugares públicos, onde não se pode utilizar volume alto, como hospitais, ou nos locais onde há muito barulho dificultando o entendimento das informações. A vida das pessoas surdas tem sido alterada imensamente por vários aparelhos técnicos nos últimos vinte anos, tais como TV com *Closed Caption* e os teledigitadores aparelhos que iriam encontrar Alexander Graham Bell (SACKS, 2000, p.194).

Dada a maior disponibilidade de interpretação de língua de sinais em material audiovisual ficcional, é razoável argumentar que os textos audiovisuais, e a televisão em particular, ajudaram a tornar a cultura surda mais conhecida e a dar visibilidade à língua de sinais como um meio de comunicação específico para aqueles que pertencem ao mundo surdo. No entanto, isso não significa necessariamente que o meio também tenha colocado em primeiro plano as necessidades especiais dos espectadores com deficiência auditiva. De fato, a maioria dos materiais audiovisuais não inclui espectadores pessoa com deficiência auditiva entre os públicos-alvo, e tanto a interpretação de língua de sinais quanto a legendagem aparecem em grande parte como reflexões tardias ou complementos, muitas vezes vistos como um incômodo e uma intrusão no produto original.

Além das questões políticas, econômicas e técnicas levantadas acima, o uso da língua de sinais na televisão (ou em qualquer outro lugar) também é influenciado pela forma como a língua de sinais é percebida e o *status* e a força da comunidade surda em um determinado país. O fato de os surdos terem sido aceitos apenas recentemente como uma minoria social e linguística, e não como pessoas com deficiência, também pode explicar a aceitação relativamente lenta da língua de sinais na televisão. A maioria dos países está agora ciente da necessidade de reconhecer as línguas de sinais como línguas minoritárias; no entanto, eles estão lidando com a questão de maneiras bastante diferentes.

Embora as línguas de sinais agora tenham *status* legal, isso não garante aos surdos a oportunidade de desfrutar plenamente de uma língua de sinais. Isso só acontecerá quando, além da legislação e das políticas, forem tomadas ações concretas para incorporar a língua de sinais na educação, nos serviços públicos e

privados, nas atividades sociais e no lazer. Em muitos aspectos, os surdos compartilham o desconforto e as desvantagens de muitas outras minorias. Há, no entanto, uma questão que é marcadamente diferente e que coloca a minoria surda em uma desvantagem específica em relação a outras minorias. Enquanto a maioria das minorias (linguísticas) têm a escolha entre usar sua linguagem ou a da sociedade convencional, os espectadores surdos são natural e fisicamente excluídos do uso da linguagem dominante (oral), e devem usar suas linguagens visuais não como alternativa, mas como um imperativo.

É difícil estabelecer quantas pessoas usam uma língua de sinais em todo o mundo. Por um lado, nem todos os surdos pré-linguais são capazes de usar uma língua de sinais. Por outro lado, não são apenas os surdos que conhecem e utilizam a língua de sinais. As famílias de crianças surdas gestuais, professores, assistentes sociais e intérpretes, entre outros, podem aprender e utilizar uma língua de sinais para interagir com seus interlocutores surdos, o que significa que o número de usuários de uma língua de sinais é consideravelmente maior do que o número de pré-surdos linguísticos.

Embora não literalmente, a legendagem pode ser considerada de acessibilidade. desta forma, política, cultura e artes, economia (por exemplo, taxas de câmbio, valores do mercado de ações), informações (visuais-verbais) sobre assuntos como saúde são registrados facilmente na tela da TV, o acesso tornou-se possível. A infraestrutura de tele texto, embora este não seja usado para oferecer legendas ocultas.

Quando se considera a questão da qualidade das legendas disponibilizadas na televisão, surge a necessidade de se repensarem estratégias que viabilizem seu aperfeiçoamento e fiscalização, para que elas sejam sistematizadas conforme a necessidade do público-alvo. No Brasil, poucas pesquisas têm discutido a questão da legendagem na TV, e o que temos visto é um aumento tímido nos debates a favor do aprimoramento dessa ferramenta, particularmente após a elaboração das legislações que orientam essa perspectiva. Embora haja diferentes formas de legenda disponíveis no mercado midiático, algumas delas raramente são disponibilizadas, e outras apresentam formatos distintos, o que dificulta a compreensão da mensagem.

A falta de fiscalização das legendas restringe, dificulta, compromete e impede a cidadania dos usuários, uma vez que eles dependem dessa acessibilidade

tecnológica para terem acesso à informação de forma ampla e com qualidade. Falta um sistema de avaliação dos recursos ofertados que cobre das emissoras os ajustes necessários e que garanta qualidade de acesso.

Dessa forma, tem-se que os recursos de acessibilidade produzidos devem ser amplos e com qualidade, para que todos os usuários de legendas consigam acessar as informações com eficiência, estabelecendo um diálogo entre público, emissores e autoridades com a intenção de sensibilizar os produtores para garantir a efetividade da ferramenta. Feita essa discussão, é necessário pensar em como contribuir com a fiscalização das legendas.

Percebe-se que existe uma mobilidade ainda muito tímida na busca pela melhoria das legendas. No Brasil, existe um movimento conhecido como 'legendas para quem não ouve, mas se emociona', relacionado à legendagem de filmes brasileiros nos cinemas. O movimento é realizado por surdos e ouvintes, que visa evidenciar a importância da legenda como algo desejável e pelo qual essas pessoas lutam, haja vista ser algo inerente à cidadania delas.

Ainda os participantes do movimento, diante das crescente presença e participação de usuários de legendas no meio social, cultural e educacional, manifestam que é imprescindível que eles tenham acesso. Evidenciam que no âmbito político ainda é possível ver, no horário eleitoral gratuito, falhas na legendagem que ignoram os critérios em conformidade com a ABNT NBR 15.290. Fora da televisão, há partidos e candidatos que parecem esquecer de legendar os vídeos das campanhas pela internet.

As partes interessadas, surdos e ouvintes, dedicaram muitos esforços para obter acesso à informação. As pessoas surdas e pessoas com deficiência auditiva são defensores de seus direitos linguísticos e culturais. Prosseguir este objetivo é promover o desenvolvimento e melhoria dos serviços de acesso a conteúdos audiovisuais, nomeadamente, serviços de legendagem e linguagem gestual. Tradicionalmente, as emissoras preferiam legendagem em língua de sinais, argumentando que era mais rentável e que permitiu-lhes atingir todo o grupo-alvo de surdos e pessoas com deficiências auditivas. No entanto, as comunidades linguísticas lutaram (e ainda lutam) por seus direitos linguísticos; garantir a acessibilidade total e o fornecimento de acesso aos meios de comunicação em língua gestual também.

Existem diferentes maneiras de incluir a língua de sinais em programas de TV: programas apresentados por sinais ou programas que mostram usuários surdos da língua de sinais como apresentadores, colaboradores ou personagens; e transmissões interpretadas ou traduzidas por sinais, como duas maneiras de tornar o conteúdo da fala ou outros sons nos programas disponíveis para usuários de língua de sinais. Tradicionalmente, os intérpretes de sinais de mídia são nativos e os intérpretes de libras são responsáveis por facilitar a comunicação de maneira neutra, garantindo o acesso à informação para a pessoa surda que se comunica por meio da Língua Brasileira de Sinais, no entanto, tradutores/intérpretes surdos também foram provisionados, proporcionando uma melhor correspondência cultural com o público-alvo. A maioria das emissoras fornece acesso através de serviços de interpretação de língua de sinais na tela tenha feito sua primeira aparição na TV, ainda é um serviço de acesso subdesenvolvido e pouco pesquisado.

Quando uma acessibilidade de serviço tem um número limitado de horas de transmissão, como é o caso do sinal serviços linguísticos, é importante priorizar o gênero do programa, uma vez que tem implicações sociais e assegura a plena participação dos cidadãos na sociedade e o cumprimento da igualdade de direitos. As informações sobre política diária, desenvolvimentos estaduais e notícias devem ser disponibilizadas para assinatura de usuários de idiomas. Isso deve ser garantido por intérpretes de língua de sinais em visão e legendagem em televisão; e/ou criando formatos/mídia de transmissão (na TV ou na Internet) feitos por usuários de língua de sinais.

Além disso, nem todas as emissoras observam as normas de conformidade determinadas pelos governos. As emissoras públicas são obrigadas a oferecer seus serviços a todos os cidadãos, mas ainda não é um serviço de acessibilidade integrado para as emissoras quando comparado à legendagem. As emissoras de TV públicas devem oferecer pelo menos 10 horas/semana de língua de sinais, e as emissoras comerciais devem oferecer pelo menos 2 horas/semana. Embora o número de horas e o número de emissoras que oferecem serviços de acesso à língua de sinais cresceu desde que a lei foi aprovada, o número mínimo de horas de transmissão em língua de sinais ainda não foi alcançado. Assim, as metas relativas à quantidade de serviços de acesso na TV ainda não foram atendidas, mas mais importante ainda a qualidade do conteúdo acessível em língua de sinais em termos de representação na tela.

Com a evidência de uma série de dificuldades relativas ao acesso legítimo às legendas, especialmente no que se refere à qualidade e fiscalização, discute-se, aqui, como avançar nas questões referentes aos critérios existentes, procedimentos e sujeitos. Pois nas TVs abertas Band, Record, SBT e Globo, por exemplo, não há janela de Libras nos telejornais conforme pesquisa.

Sobre a produção de legenda fechada, fornece orientações que promovem a acessibilidade na prestação de serviços, contornando as barreiras de comunicação existentes. Essa normativa inicialmente destinava-se aos prestadores de serviço que buscavam o atendimento à demanda das pessoas com dificuldades na comunicação, como potencial mercado, e à legislação pertinente em vigor.

Além de um anexo que discute sobre o que pode ou não ser considerado erro, nas legendas, e outro que aborda a questão da qualidade de serviço para legenda oculta, com o objetivo de definir os parâmetros que serão adotados para mensurar a qualidade do serviço.

A realidade em relação aos recursos de acessibilidade do meio de comunicação de maior acesso ainda está muito aquém do que é necessário, tanto em relação à carência de oferta, quanto à má qualidade do que é ofertado.

Não há valor na prestação de um serviço que não condiz com o que é realmente necessário e que foge da finalidade quase todo tempo. Falta um órgão que fiscalize essas legendas, que realize uma avaliação contínua das diretrizes apresentadas na normativa para a produção das legendas, com o objetivo de assegurar que as prescrições estejam sendo apresentadas de forma satisfatória, uma vez que as emissoras de televisão terceirizam esse trabalho de criação das legendas. Os critérios de produção das legendas são pouco conhecidos pela população, primeiramente por ser um recurso de interesse das emissoras e, também, porque se trata de um recurso caro, que ainda não está disponível de forma gratuita.

Entretanto, vale ressaltar que o ideal seria que as pessoas tivessem conhecimento dessas dificuldades de acesso, qualidade e sobre as próprias normativas, para que pudessem se mobilizar.

Esse instrumento foi especificamente elaborado a partir de conhecimentos adquiridos durante uma engendrado com o intuito de os próprios telespectadores poderem avaliar as legendas que são transmitidas pela televisão. Essa ferramenta não pretendeu ser um modelo padrão, mas uma base para que se possa, a partir de

critérios previamente estabelecidos, auxiliar as pessoas a observarem as ocorrências presentes nas legendas, podendo, então, servir como suporte para a construção de um modelo padrão para esse tipo de avaliação.

Contudo, para avaliar as legendas na televisão, é indispensável a participação dos usuários neste caso, em específico, os surdos e que fazem uso dessa ferramenta para ter acesso às informações. Para se ter uma ideia, a campanha legenda para quem não ouve, mas se emociona já mencionada e a mais reconhecida sobre a luta por legendas no Brasil, liderada pela pessoa deficiência auditiva está presente em diferentes redes sociais como o Facebook, o Instagram, além de ter um canal no Youtube uma página oficial na internet. Entretanto ainda se reconhece um número pequeno de pessoas que acompanham/participam das discussões.

Desse modo, considera-se necessário desenvolver, no público que faz uso da legenda, a iniciativa de buscar seus direitos. Nessa perspectiva, sabendo-se da existência de um número significativo de pessoas surdas, no Brasil, considerando-se que é com a ajuda delas que se quer contar para realizar e difundir as avaliações; tendo em vista, ainda, a intenção de que a avaliação chegue em diferentes lugares via internet, através das redes sociais, aplicativos de conversa e mensagem, é que esta pesquisa se fundamenta. Nesse sentido, o que este estudo envolveu, em relação à questão das legendas, são critérios, procedimentos em relação ao público-alvo são pessoas surdas e ouvintes (participantes) que assistem televisão, que possuem acesso à internet e que podem auxiliar na avaliação das legendas.

As legendas ocultas são uma maneira útil de fornecer acesso à televisão para a comunidade surda. Ter um intérprete de Língua Brasileira de Sinais é uma ótima maneira de relacionar-se com a comunidade surda. No entanto, Libras exige conhecimentos específicos, sendo um método limitado, já que muitos espectadores não a dominam.

Além disso, não existe uma língua de sinais universal, pois há vários sistemas de comunicação para surdos. Por exemplo: Muitos pensam que Libras é o português feito com as mãos e os sinais substituem cada palavra falada, seguindo sempre a mesma estrutura da frase em português. Isto não é verdade, pois Libras possui uma estrutura gramatical própria, muitas vezes diferente da língua portuguesa. Alguns membros da comunidade surda usam uma forma de língua de

sinais que representa o português literal, enquanto contam com a fala com pistas, onde os movimentos das mãos são usados para os leitores de falas diferenciadas.

De tal modo, para compreender um intérprete de Libras o espectador deve se concentrar apenas no intérprete e não no orador. Mas se uma pessoa surda prefere Libras, leitura de fala ou fala com dicas, as legendas podem aumentar sua compreensão.

Na televisão, os intérpretes de língua de sinais assumem ainda outro papel – o de atores/atrizes, usando uma linguagem que é “modulada” para se adequar ao meio específico. Assim como no caso da fala, que é “fabricada” para parecer natural na tela, a língua de sinais é adaptada pelas restrições que o meio lhe impõe. No caso de sinalizadores sendo 'encaixotados' em um canto, a sinalização fica confinada ao espaço fornecido e assume um formato de tela, removendo a amplitude do movimento do braço e da mão e colocando toda a sinalização em um nível não natural do peito. Essa situação é menos perceptível quando os intérpretes são apresentados em planos médios ou planos gerais, maiores, mas nesse caso é a expressão facial que pode ser perdida. Em ambas as situações, para aqueles que estão familiarizados e usam a língua de sinais, a interpretação de língua de sinais na televisão é um gênero próprio, no qual a codificação e a decodificação são moldadas pelo meio pelo qual a linguagem está sendo transmitida.

Na era da Internet e das redes sociais, a questão é: que meio deve ser usado para retratar a linguagem visualmente nas plataformas de mídia para máxima acessibilidade à comunidade surda?

Para garantir que as mídias audiovisuais sejam acessíveis, e que forneçam as duas opções, é recomendável que elas sejam exigidas e cobradas por leis e que os surdos reivindiquem seus direitos. Além disso, as legendas em português devem ser fornecidas, pois espera-se que, incluindo os surdos, nesta gama de oportunidades sejam capazes de terem acessibilidades e vantagens para seu conhecimentos, informações e aprendizagens significativas.

Dessa forma, podemos constatar que o país detém um eixo legal que guarda o direito às pessoas surdas. A janela de libras é um importante recurso, o qual proporciona aos surdos brasileiros, utentes dessa língua, a possibilidade de apreciar o produto audiovisual com qualidade e com prazer, sendo capazes de desenvolver sua criatividade e ao mesmo tempo, ter um entretenimento.

A inserção desse recurso audiovisual não pode ser feita arbitrariamente, mas precisa seguir uma série de regras necessárias para oferecer ao público surdo um serviço de excelência e um conforto ao assistir determinada programação. Abaixo segue a imagem que ilustra o padrão correto para a janela de libras na tela do cinema:

Figura 1 – Espaço da janela de Libras



Fonte: Guia de produção audiovisual. Naves, Mauch, Alves e Araújo (2016)

A fim de oferecer uma boa visibilidade da janela com intérprete de libras, deve-se levar em consideração um dos fatores primordiais que é o tamanho do espaço na tela, que dá a visibilidade necessária ao surdo para a interpretação e compreensão de que se está repassando: informação/entretenimento, entre outras.

Além do critério do tamanho da janela de libras, os oito critérios são: recorte, posição na 26 tela, iluminação, plano de fundo da área de tradução, enquadramento do intérprete, posicionamento do intérprete e recursos necessários, plano de filmagem e, por fim, o vestuário. Somando às questões técnicas, também são propostos critérios linguísticos os quais devem ser respeitados a fim de propiciar uma boa fluência do conteúdo midiático.

A importância dessas informações para a tradução e interpretação de libras em aparatos de mídia, sobretudo televisivo, está ressaltada no fato de que acompanhar um programa ou emissão pela Libras exige uma atividade atencional incrementada e mais dilatada no espaço da tela. Muitas vezes, a tela de Libras é pequena, não permite um acompanhamento de detalhes e de gestualidades, que são importantes na correspondência que podem ter com traços suprasegmentais

da língua falada, como entonação, tom, ritmo, movimento crescente ou decrescente, e que devem igualmente ser traduzidos na gestualidade da língua de sinais.

No geral, os surdos preferem a janela de Libras como recurso de acessibilidade, pois as informações são repassadas em sua própria língua, podendo assim compreender tudo de maneira mais clara e exata. Comunicação está com exatidão das informações que se pretende repassar e entendíveis à comunidade surda.

Figura 2 – Imagem do intérprete de Libras e *Closed Caption* em assembleia Política



Fonte: <https://www.librasol.com.br/assembleia-realiza-primeira-transmissao-com-interprete-em-libras/>

A vigente determina que somente os programas eleitorais, partidários e pronunciamentos oficiais do governo atual e de campanhas, alertas e preventivas devem fazer uso da janela de Libras.

6 LEGENDAS E JANELAS DE LIBRAS: ENTREVISTAS COM SURDOS E INTÉRPRETES SOBRE A ACESSIBILIDADE

Para encontrar o equilíbrio entre as legendas e janelas em Libras dos serviços atuais e expectativas/necessidades da comunidade surda, realizaram-se entrevistas com sete adultos surdos e seis intérpretes de língua de sinais, dos quais quatro possuem experiência de interpretação em mídia. Os participantes foram captados de forma intencional, por meio de contatos da pesquisadora.

Além de coletar informações sobre as percepções referentes à acessibilidade à mídia, vídeos em Libras, explicando as razões da pesquisa foram apresentados aos entrevistados e a partir deles estabeleceram-se discussões iniciais para colher as experiências e opiniões de cada um sobre suas próprias vivências.

Vale destacar que no processo de entrevista a opção foi enviar individualmente a cada participante uma versão escrita, em língua portuguesa e para cada pergunta, também foi enviado um vídeo contentando a exposição da pesquisadora apresentando a pergunta em Libras, por entender que esse processo poderia facilitar a compreensão da pergunta por parte dos entrevistados.

As coletas dos dados ocorreram entre os dias 09 a 14 de junho de 2022, sendo os participantes informados sobre a exposição dos dados na pesquisa, aspecto consentido por todos os informantes.

Para facilitar a exposição das opiniões pelos participantes optou-se pelo uso de formulários eletrônicos, cujo conteúdo consta nos apêndices da pesquisa.

6.1 ENTREVISTAS COM PESSOAS SURDAS

O primeiro conjunto de questões objetivou mapear as características gerais dos participantes. Assim, participantes, escolaridade e idade de aprendizagem da língua de sinais foram coletados. Reuniu-se um total de sete informantes, cujas principais características podem ser percebidas no Quadro 1:

QUADRO 1 - Características gerais dos informantes surdos

Participantes	IDADE	ESCOLARIDADE
Participante 1	36 anos	Superior completo
Participante 2	28 anos	Superior completo
Participante 3	22 anos	Superior completo
Participante 4	45 anos	Superior completo
Participante 5	37 anos	Pós-Graduação
Participante 6	21 anos	Ensino Médio completo
Participante 7	42 anos	Pós-Graduação

Fonte: A autora, 2022.

Conforme o Quadro 1, nota-se que a idade dos entrevistados surdos varia de vinte a cinquenta anos, apenas um com ensino médio e um com ensino fundamental, sendo, o restante de ensino superior. A escolha dos informantes foi aleatória, com base em conhecimentos ou indicação. Como a análise não pretende ser representativa de uma comunidade, mas focalizar em um grupo de pessoas para detectar suas opiniões, a diferença de formação escolar não se colocou como categoria prévia, apenas como dado posterior para inferências, quando possível. Do conjunto de participantes, sete afirmaram que aprenderam a língua de sinais quando pequenos e sete aprenderam a língua de sinais de seus pares quando começaram em escolas de surdos, e um mencionou que aprendeu a sinalizar aos 20 anos a partir do contato com seus amigos surdos.

Já o segundo conjunto de questões objetivou mapear as experiências midiáticas e as percepções dos surdos sobre as práticas de acessibilidade.

Quanto aos programas que escolhem assistir, todos os participantes afirmaram que, por não terem muitas alternativas acessíveis na TV, optam por assistir a programas legendados fornecidos por alguns canais. Eles tendem a optar por filmes/séries de ação porque podem entender o tema e conteúdo do programa por meio de materiais altamente visuais, mesmo que eles não sejam capazes de compreender e seguir as legendas completamente. Mencionaram especialmente que gostam de assistir a TV, mas uma vez que nenhuma legenda e/ou interpretação de língua de sinais é fornecida, elas optaram por assistir a filmes e/ou séries ou programas com legendas em canais. Acrescentaram, também, que às vezes eles gostam de seguir algumas séries em um canal, tentando entender a partir do material visual e/ou pedem à sua família os detalhes.

Quanto aos resultados, todos os participantes sugeriram que a sinalização do intérprete foi muito rápida para acompanhar, o que deveria ser com tempo favorável à interpretação. Outros motivos apresentados pelos participantes foi o conteúdo utilizado, dentre os quais se destacam: “O intérprete usou sem gestos e expressões faciais”; “O intérprete não forneceu a informação principal”.

As razões apresentadas pelos participantes por sua incapacidade de entender o conteúdo foram como: “Eu não sei a maioria das palavras nas legendas” e “não sou bom em leitura na língua portuguesa”. Os surdos usam a pronúncia e artigos, pronomes e grafia diferente do ouvinte, tendo sua língua própria do surdo: Exemplos ouvintes: Minha casa é amarela, Surdos: Casa Amarela. Ou, ainda, a legenda atrasada para a informação correspondente. Por fim, quando os participantes foram questionados sobre o que eles precisavam entender mais sobre o conteúdo, eles mencionaram que precisavam ter tanto a interpretação da Língua de sinais quanto as legendas juntas para que pudessem entender o significado de uma palavra na legenda via interpretação de língua de sinais ou vice-versa, por exemplo: as informações coerentes e fidedignas as explicações. Os participantes também afirmaram que os idiomas das legendas são bastante diferentes e mais complicados do que a linguagem escrita que eles usam ao enviar mensagens de texto e é por isso que eles têm dificuldade em segui-los.

Pode-se depreender a partir dessas respostas que, mesmo utilizando transmissão por Libras ou legendas, as dificuldades para entender os conteúdos acessados são muitas. Compreende-se que nas séries a interpretação parece mais fácil porque essas consistem em narrativas lineares, de enredos, em que o contexto, o cenário, a gestualidade corporal e facial, se integram a “frames” culturais cristalizados. A atividade atencional nesses casos não é muito requerida, uma vez que pode trabalhar com economia de sentidos antecipados na sequência narrativa, além de critérios comuns de continuidade do próprio meio. Nos jornais, a informação é mais pontual e nem sempre a imagem é suficiente para a compreensão da notícia, uma vez que ela adquire um recorte de sentido dado pelo texto verbal. Barthes (2000), no texto ‘a mensagem fotográfica’, já se referia a esse caráter de ancoragem entre imagem e texto. Há que se considerar, igualmente, que grande parte da informação hoje é acessada pela internet, sobretudo em redes sociais, o que nos faz pensar na necessidade de um trabalho futuro sobre a informação jornalística no digital. Por outro lado, os novos aparelhos de TV (*smart*) espelham telas de

computador, o que diminui a distância dos problemas detectados em uma ou outra mídia. Para o profissional da imprensa, interessa repensar sobre a velocidade e brevidade do texto jornalístico nas traduções de acessibilidade, assim como na busca de imagens, elas também, de sentido informativo e não ilustrações gerais e reproduzidas em textos verbais diferentes como costuma acontecer. A título de exemplo, a imagem das torres gêmeas norte-americanas incendiadas tornou-se figura comum para falar desse fato e de outros, ligados ao terrorismo da época ou atual, a atividades comemorativas, à relação ou atuação dos Estados Unidos no Oriente Médio, em face de grupos terroristas na região centro-oeste da África, entre outros. Sem compreender o contexto específico da pauta oralizada, não se pode deduzir o valor agregado à imagem.

6.2 ENTREVISTAS COM INTÉRPRETES DA LÍNGUA DE SINAIS

Tendo em vista que a pesquisa objetiva compreender a experiência profissional de intérpretes de Língua de Sinais em programas televisionados, supõe-se que um critério de inclusão para os participantes do estudo seria a atuação em meios televisivos. Todavia, ao longo do processo exploratório de identificação das fontes bibliográficas e empíricas, perceberam-se vantagens em incorporar ao estudo alguns intérpretes que nunca atuaram com conteúdos televisivos. De tal modo, o primeiro conjunto de questões coletou as características gerais de seis intérpretes, como nome completo, idade, escolaridade e a prestação de serviço, ou a não prestação desse tipo de serviço, em empresas de TV. O quadro 2 sintetiza algumas das principais características obtidas:

QUADRO 2 - Características gerais dos informantes intérpretes de Língua de Sinais

Participantes	IDADE	ESCOLARIDADE
Participante 1	31 anos	Pós-Graduação
Participante 2	43 anos	Pós-Graduação
Participante 3	33 anos	Pós-Graduação
Participante 4	42 anos	Pós-Graduação
Participante 5	24 anos	Pós-Graduação
Participante 6	49 anos	Pós-Graduação

Fonte: A autora, 2022.

Em relação aos intérpretes, o resumo apresentado anteriormente revela que a faixa etária ficou mais restrita tendo em vista tratar-se já de profissionais com atuação nessa área de tradução, para a qual não basta o conhecimento de Libras, mas também a agilidade mental para tradução simultânea, a agilidade multissensorial para abranger a tela dos falantes (ouvintes) e do público surdo, a capacidade para perceber o encaminhamento do conteúdo sem se restringir à tradução palavra por palavra, entre outras proficiências esperadas.

Já o segundo conjunto de questões avaliou aspectos profissionais e opiniões sobre as práticas de acessibilidade para surdos em conteúdos audiovisuais televisionados. Dos seis entrevistados, quatro intérpretes possuem experiência de interpretação de conteúdo da TV, os quais disseram que em algumas transmissões são ao vivo em Libras, que as janelas eram muito pequenas e não seguiam as normas da ABNT. Já outros afirmaram que é difícil entender a rapidez da fala humana com a interpretação de sinais, tornando mais acessíveis a inteira interpretação em Libras com as janelas, contemplando a língua natural do sujeito surdo.

Quanto aos participantes da interpretação de Língua de sinais, incluímos apenas as partes relacionadas com a interpretação de conteúdos televisivos. Todos os intérpretes questionados responderam que as janelas não são de tamanhos ideais a visualização. Os intérpretes entrevistados foram unânimes nas respostas elencadas, que salientaram, que as emissoras de TV privadas precisam se adequar e oferecer o serviço de interpretação, afinal, é um direito da pessoa surda ver telejornais, se atualizar das notícias para exercer sua cidadania.

Os participantes das pesquisas relataram que as estratégias de interpretação e seus pensamentos, surgem dúvidas de até que ponto sua interpretação é compreendida pela comunidade de surdos.

Os intérpretes disseram que não tem dificuldades durante a interpretação, uma vez que os apresentadores usam principalmente a linguagem e terminologia “leve”. No entanto, acrescentaram que não costumam ter tempo para explicar cada conceito complicado ou ausente da linguagem própria do surdo.

No entanto, mencionaram que tinham certeza de que os surdos entendiam suas interpretações, já que sempre interpretavam como se estivessem interagindo com seus familiares. Os participantes mencionaram que estudam os termos relacionados ao conteúdo de cada programa, adicionando explicações para os

termos ausentes, o que se faz relevante à compreensão após a digitação durante a interpretação. Entretanto, o humor mostra-se mais dificultoso em ser interpretado a partir da Língua de Sinais, tendo como solução explicações por meio da interpretação facial e corporal.

Os surdos querem ver a língua de sinais na TV e a adaptação às configurações da Internet para acessibilidade à TV é problemática, especialmente para os mais velhos. É provável que os jovens surdos preferem assistir TV com legendas porque estão acostumados a assistir filmes/séries por meio de legendas em canais online. Os jovens reclamam que não entendem a língua de sinais na TV enquanto os idosos reclamam que é muito rápida e complicada. Um dos programas atuais é criticado fortemente pela falta de uso de gestos e expressões faciais por parte do intérprete. Os intérpretes estão satisfeitos com o trabalho que fazem, e afirmaram que o trabalho de cada um se faz necessário, que o mundo dos surdos é repleto de dificuldades de acessibilidade, que são a parte integrante deste mundo e se faz necessário as implementações de didáticas compreensíveis às pessoas com surdez. No entanto, todos concordam que as alternativas atuais estão longe de serem suficientes e deve haver mais programas de TV para surdos. Há ainda o compromisso das autoridades pela implementação e cobrança de acessibilidade necessárias às pessoas com deficiências.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das entrevistas com os surdos revela que alternativas atuais de acessibilidade de mídia para surdos não atendem às expectativas e necessidades da comunidade. A causa mais claramente observável desta situação é a falta de conteúdos acessíveis. As televisões ainda não fornecem quaisquer opções de Libras para seus conteúdos, e a quantidade de conteúdos com a interpretação é muito limitada. Além disso, as opções de acessibilidade *online* não são preferidas pela comunidade, porque essas alternativas continuam a restringir pessoas surdas, e estão longe de oferecer acessibilidade igual. Aumentar a quantidade de conteúdos acessíveis na TV para surdos parece ser a solução exata, os dados extraídos deste estudo mostram que pode ser apenas um passo inicial no caminho para a solução de um problema profundamente enraizado.

A solução para este problema juntamente com a garantia de aumento de conteúdos acessíveis na TV por meio da aplicação da lei deve ser reconhecer o público-alvo e suas necessidades. As TVs prestadoras de serviços, legendadores e intérpretes devem saber que seu público-alvo carece principalmente de capacidades linguísticas completas, tanto em linguagem oral/escrita língua e língua de sinais principalmente devido à falta de educação/aprendizados adequados.

Portanto, as opções de acessibilidade para surdos devem ser reorganizadas considerando este fato. O passo inicial para resolver o problema de acessibilidade poderia ser fornecer uma opção de tele texto. Mais pesquisas sobre a legendagem para surdos e pessoas com deficiências auditivas também podem lançar alguma luz sobre o fornecimento dos melhores conteúdos compreensíveis e a forma mais vantajosa de legendagem para a comunidade. Por outro lado, é claro que não importa quão bem-sucedidas sejam as opções, elas não irão abordar efetivamente a comunidade, a menos que o problema do analfabetismo e da educação de surdos seja resolvido no Brasil. Ainda assim, os provedores de serviços de TV, especialmente os canais oficiais, podem e devem assumir a responsabilidade de educar os surdos através de conteúdos de TV fornecendo língua de sinais interpretada e/ou língua de sinais apresentada programas com Libras opcional.

O outro passo que precisa ser dado é desenvolver programas de treinamentos para intérpretes existentes, bem como estabelecer programas de graduação em universidades para treinar novos intérpretes. Apesar do fato de que

intérpretes que participaram deste estudo afirmaram ter certeza de que sua sinalização é compreendida pelos surdos, entrevistas com os surdos sugeriram o contrário. Na verdade, o fato de os surdos não entenderem a interpretação de língua de sinais na TV. Nesse sentido, é importante, embora nem sempre possível, considerar a inserção dos CODAS em trabalhos interpretativos, porque estão habituados a utilizar recursos que facilitem a compreensão dos surdos, conforme se viu na resposta dos questionários, quando um filho de surdos, percebendo a dificuldade da tradução, utilizou procedimentos que fazia para se dirigir à família. Por esse motivo, julgamos procedente contextualizar a situação dos CODAS neste trabalho, embora esta não seja uma solução final ao problema levantado na pesquisa.

As razões apresentadas tanto pelos participantes do presente estudo quanto de estudos anteriores, mostram consistência a respeito das conclusões de que a velocidade de sinalização dos intérpretes, falta de uso de movimentos corporais e expressões faciais, e falta de familiaridade com os sinais utilizados pelo intérprete dificultam a compreensão da informação dada através da interpretação. Esses problemas relacionados ao sinal e habilidades de interpretação de linguagem podem ser abordados e resolvidos por meio de programas de treinamento de interpretação.

Assim, os achados do presente estudo revelam que entre os surdos e disponíveis alternativas de acessibilidade não atendem às expectativas e necessidades da comunidade. Além disso, o aumento na proporção de sinais interpretados e/ou programas apresentados por sinais com Libras mais clara e de qualidade na interpretação em conjunto como opção de teletexto é a maior expectativa fundamental da comunidade. Este trabalho em pequena escala como parte de um estudo maior sobre interpretação de língua de sinais no Brasil espera inspirar mais pesquisas sobre interpretação de língua de sinais e treinamento de intérpretes, legendagem para surdos e deficientes auditivos, na comunidade surda, na educação de surdos bilíngues e na construção de materiais pedagógicos para surdos, intérpretes de Libras e treinadores.

Com base nas ideias de Gesser (2009), entende-se que é necessário falar para as pessoas sobre o universo dos surdos, pois pouco ainda se sabe sobre isso. A autora defende a relevância de passar adiante informações sobre a Libras, reconhecida pelo governo brasileiro e por acadêmicos como modo mais eficaz para desenvolvimento e comunicação do surdo.

Nesse processo, a mídia é essencial, uma vez que pode ajudar na conscientização e combate às injustiças sociais. Além disso, por meio das potencialidades da tecnologia digital, muito se avançou e há a se avançar em questões sobre acessibilidade e mídias acessíveis.

Esta linha de pesquisa se baseou na perspectiva de que, embora considerado minoria, o surdo também tem direito à informação. Para que o artigo da Constituição Brasileira que prevê o direito de todos à informação seja cumprido, faz-se necessário a utilização de recursos que incluam o surdo como telespectador, pensando-se tanto nos surdos que sabem o português, e podem ler as legendas, como naqueles que não sabem, e requerem a janela de Libras. Mais ainda, a representação da comunidade surda se dá também pela representação dessa parcela de público nas matérias telejornalísticas, ou seja, devem ser trazidas à pauta para que seus problemas e conquistas sejam partilhados pelo público em geral.

REFERÊNCIAS

- ABNT. **NBR 15.290**. Acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro: ABNT, 2005. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_17.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2022.
- AMARAL, S. C.; SANTOS, R. M. dos. O surgimento das libras e sua importância na comunicação e educação dos surdos. IV Conedu. **Anais...** João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/81706878-O-surgimento-da-libras-e-sua-importancia-na-comunicacao-e-educacao-dos-surdos.html> Acesso em 14 mai. 2022.
- ARAÚJO, V.L.S; ALVES, S.F. Tradução audiovisual acessível (TAVA): audiodescrição, janela de LIBRAS e legendagem para surdos e ensurdecidos. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 56, p. 305-315, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/SPwh3QMqcd8dwgvrFbJwkpN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 14 de mai. 2022.
- ARCOVERDE, R. D. L. Os surdos em contexto digital: o encontro com a palavra escrita em língua portuguesa. 2004. 240 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/13947> Acesso em: 14 de mai. 2022.
- BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 325-338.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei Federal 14.191 de 03 de agosto de 2021. Altera a Lei de Diretrizes e Bases no âmbito do artigo 3º. Disponível em: <[https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/sancionada-a-lei-que-dispoe-sobre- Rev. Episteme Transversalis, Volta Redonda-RJ, v.13, n.1, p.266-286, 2022.285a-modalidade-de-educacao-bilingue-de-surdos](https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/sancionada-a-lei-que-dispoe-sobre-Rev.EpistemeTransversalis,VoltaRedonda-RJ,v.13,n.1,p.266-286,2022.285a-modalidade-de-educacao-bilingue-de-surdos)>. Acesso em: 14 mai. 2022.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República; Casa Civil; Subchefia dos Assuntos Jurídicos. Brasília- DF: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 mai. 2022.
- _____. Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a implementação da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004.
- _____. Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Seção 1, p. 23. Disponível em:

<<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/legislacao-1/leis-ordinarias/2002#content>>. Acesso em: 14 mai. 2022.

_____. Ministério das Comunicações. **Portaria Nº 310, de 27 de junho de 2006.** Aprova a Norma Nº 001/2006 – Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/portarias/24680-portaria-n-310-de-27-dejunho-de-2006>>. Acesso em: 14 mai. 2022.

_____. Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Acesso em: 14 mai. 2022.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília – DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 14 mai. 2022.

_____. Lei nº. 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei L, v. 12319, 2010. Acesso em: 14 mai. 2022.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF: 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 14 mai. 2022.

BRAYNER, I.C.S.; ALMEIDA, M. L. A importância das inter-relações familiares na constituição da linguagem do surdo bilíngue: um estudo de caso. **Revista Ribanceira**, Pará v. 17, p. 105 – 115, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/ribanceira/article/view/3217>. Acesso em: 14 mai. 2022.

BRITO, M. de. *Inclusão do surdo na escola regular*. 2013. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/20830>. Acesso em: 14 mai. 2022.

CAETANO, K. Modos de olhar (e ouvir) o outro. **Revista Significação**. Curitiba, PR: UTP, v. 13, 1998, p. 09-27.

CAMPOS, L.; RODRIGUES, B.; SILVA, M.E.N. A inclusão de surdos na educação e na sociedade. XIV Seminário Internacional de Educação no Mercosul. **Anais...** Cruz Alta, 2012. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2012/Educacao%20e%20desenv>

[olvimento%20humano/artigo/a%20inclusao%20dos%20surdos%20na%20educacao%20e%20na%20sociedade.pdf](#). Acesso em: 14 mai. 2022.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

CARNEIRO, T.D. Intérpretes de linguas orais e intérpretes de Libras: semelhanças e diferenças. Tradução em Revista, n° 23, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32233/32233.PDFXXvmi>. Acesso em: 14 mai. 2022.

CENSO ESCOLAR. Glossário da educação especial. Inep/MEC, Brasília/DF, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2019/glossario_da_educacao_especial_censo_escolar_2019.pdf. Acesso em: 14 mai. 2022.

DANESI, M. C. **O admirável mundo dos surdos**: novos olhares do fonoaudiólogo sobre a surdez. Porto Alegre: ediPUCRS, 2007.

DÉZINHO, M. *Desenvolvimento de tecnologia assistiva para avaliação de legendas para surdos: aplicativo APP-EAL*. 2020. 364 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4527>. Acesso em: 14 mai. 2022.

DÉZINHO, M. *Educação, inclusão e TIC'S: avaliação da qualidade dos recursos de acessibilidade midiática na televisão brasileira - um estudo sobre legendas para pessoas com deficiência auditiva*. 2016. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-EDUCACAO/MARIANA%20DEZINHO.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2022.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 583-597, 2005.

DOMANOVSKI, Marilene; MEYER, Vassão Adriane. A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS ESTEVES, P. M. da S.; PERSE, E. L. Entrevista com Carilissa Dall’Alba: “O que nos salva é minoria (...) O assistencialismo está voltando com toda força”. **Fragmentum**, [S. l.], n. 55, p. 225–238, 2022. DOI: 10.5902/2179219441819. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/41819>. Acesso em: 17 mai. 2022.

DRAGO, Silvana Lucena dos Santos. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. ALDRES, Neiva de Aquino. **Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 65-80, jan./mar. 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/KscbxcTPXKV5wksBdKcnxjm/?format=pdf>. Acesso em 10 jul. 2022.

FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERNANDES, J.M. *Propostas alternativas para a educação inclusiva a surdos: enfoque nos conteúdos de balanceamento de equações químicas e estequiometria para o Ensino Médio*. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Química). Universidade Federal de Juiz de Fora. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190831?show=full>. Acesso em: 14 mai. 2022.

FERNANDES, S. Bons sinais. In: **REVISTA Discutindo Língua Portuguesa**. São Paulo: Escala Editorial, Ano I, V. 4, 2006.

FERNANDES, S. O que os surdos adultos têm a dizer aos pais de crianças surdas? Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/sueli.pdf. Acesso em: 14 mai. 2022.

GESSER, A. **LIBRAS?** Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, M. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

GOMES, B.S. *Aquisição da linguagem de uma criança CODA: produções, tipos de sobreposições e influencia dos interlocutores neste processo*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/205158/PLLG0756-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 mai. 2022.

GROSJEAN, F. "Gating," *Language and Cognitive Processes* 11, 597–604, 1996.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva; 2001.

INES – INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 14 mai. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde 2013: Informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde [Internet]. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2020. 87 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101748.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2022.

LACERDA, Cristina ou LODI, Ana Claudia
(<https://www.scielo.br/j/ep/a/KscbxcTPXKV5wksBdKcnxjm/?format=pdf&lang=pt>)

LIBRASOL. Assembleia realiza primeira transmissão com intérprete em libras.
<https://www.librasol.com.br/assembleia-realiza-primeira-transmissao-com-interprete-em-libras/>. Publicado em: 5 de ago. de 2019. Acesso em: 14 de mai. 2022.

LIMA, B. S. C. A. *et al.* Análise do Surdo Diante a Comunicação Televisiva: Recorte Para o Closed Caption e Janela de LIBRAS. *In: XIX CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE*, Fortaleza, 2017. **Anais...** Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-1432-1.pdf>. Acesso: em 14 de mai. 2022.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

LOPES, M. C. **Surdez & educação**. São Paulo: Autêntica, 2017.
MACHADO, F. O. Comunicação acessível para o desenvolvimento inclusivo: a política de acessibilidade na televisão brasileira. *In: Colóquio Internacional da Escola Latino-americana de Comunicação*, 15, 2011, Araraquara. Anais eletrônico... Araraquara: UNESP, 2011. Disponível em: <http://celacom.fclar.unesp.br/pdfs/49.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2022.

MESERLIAN, K. T.; VITALIANO, C. R. Análise sobre a trajetória histórica da educação dos surdos. *Anais do IX Congresso Nacional de Educação (Educere) e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia*. Paraná, 2009. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/3114_1617.pdf. Acesso em: 14 mai. 2022.

MOREIRA, H. F.; MICHELS, L. R.; COLOSSI, N. Inclusão educacional para pessoas portadoras de deficiência: um compromisso com o ensino superior. **Escritos sobre educação**, v. 5, n. 1, p. 19-25, 2006.

MORI, N. N. R.; SANDER, R. E. História da educação dos surdos no Brasil. *Anais eletrônicos do Seminário de Pesquisa do PPE*. Maringá: UEM, 2015. Disponível em: http://http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf. Acesso em: 14 mai. 2022.

NAVES, S. B; MAUCH, C; ALVES, S. F; ARAÚJO, V. L. S. **Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis**. Brasília: Ministério da Cultura/Secretaria do Audiovisual, 2016, 85p. Disponível em: <https://inclusao.enap.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Guia-para-Producoes-Audiovisuais-Acessiveis-com-audiodescricao-das-imagens-1.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2022.

NOGUEIRA, E.P.; BARROSO, M.C.S.; SAMPAIO, C.G. A importância da LIBRAS: um olhar sobre o ensino de Química a surdos. **Investigações em Ensino de Ciências**. v.23, n.2, p. 49-64, 2018. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/9e15/41503a8b587b3b1f8321719034b9df71af04.pdf>. Acesso em 14 de mai. de 2022.

NOGUEIRA, J. M., & RIBERTO, M. (2020). *União Europeia e Brasil na Construção de Sistema de Avaliação da Deficiência. Comparação da avaliação da deficiência para políticas públicas no Brasil, França e Espanha*. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/brasil-e-uniao-europeia-divulgam-relatorio-sobre-modelos-de-avaliacao-da-deficiencia-1/PublicacaoDilogosSetoriaisUnioEuropeiaBrasilSistemasdeAvaliaodaDeficienciaDescrries002convertidocompactado.pdf>

OLIVEIRA, S.M. de. *A Legendagem para Surdos e a Janela de Libras como Tradução Audiovisual: uma revisão integrativa de teses e dissertações cearenses no período de 2009 a 2019*. 2021. 51 f. TCC (Graduação) - Curso de Letras Libras, Universidade Federal de Santa Catarina, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/223613/sarah.maria.de.oliveira-TCC.2021.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 14 mai. de 2022.

OLIVEIRA, V.R. de. *O Tradutor e Intérprete de Libras e a Tradução Audiovisual de Conteúdo Político Partidário: problematizando este trabalho*. 2018. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) Letras Libras – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão, Joinville, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188599/Veronica%20Rosemary%20Oliveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 14 mai. 2022.

PAULON, S. M. Documento subsidiário da política de inclusão. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48p.

PERLIN, Gladis T. T. “Identidades surdas”. In: **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. SKLIAR, Carlos (org). Porto Alegre: Editora Mediação, 2013, pp. 51-73.

POKER, R. B. Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas: uma proposta de intervenção educacional. **Revista Espaço**, p. 69-69, 2003. Disponível em: <http://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/593>. Acesso em: 14 mai. 2022.

QUADROS, R. M. Efeitos de modalidade de língua: as línguas de sinais. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, p. 168-178, 2006.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP/Programa Nacional de Apoio a Educação de Surdos, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em 27 fev. 2017.

QUADROS, R. M.; LILLO-MARTIN, D.; PICHLER, D. C. Desenvolvimento bilíngue intermodal: implicações para educação e interpretação de língua de sinais. In: MOURA, M. C.; CAMPOS, S. R. L.; VERGAMINI, S. A. A. (Orgs.). **Educação para surdos: práticas e perspectivas II**. São Paulo: Santos, 2011.

QUADROS, R. M.; MASUTTI, M. L. **Codas brasileiros: Libras e português em zonas de contato**. In: Estudos Surdos II. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2007.

RODRIGUES, L. O que é Deficiência Auditiva e Surdez. Publicado em: 23 de fev. de 2017. Disponível em: <https://institutoitard.com.br/o-que-e-deficiencia-auditiva-e-surdez/>. Acesso em: 14 de mai. de 2022.

SACKS, O. **Seeing voices**. New York: Vintage Books, 2000.

SACKS, O. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2010.

SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem**: aspectos e implicações neurológicas. São Paulo: Plexus, 2007.

SASSAKI, R. K. Nomenclatura na área da surdez. Disponível em: http://ww2.prefeitura.sp.gov.br//arquivos/secretarias/saude/deficiencia/0007/Nomenclatura_na_area_da_surdez.pdf. Acesso em: 14 mai. 2022.

SILVEIRA, C. H. Representação de surdos/as matérias de jornais e revistas brasileiras. **Revista Centro de educação**, Santa Maria, v. 33, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/26>>. Acesso em: 14 mai. 2022.

SKLIAR, C. **La educación de los sordos**. Una reconstrucción histórica, cognitiva y pedagógica. Mendoza: EDIUNC, 1997.

QUINTANA, L. **Política de los cuerpos**: Emancipaciones desde y más allá de Jacques Rancière. Barcelona: Herder Editorial, 2020.

TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A. O direito de acesso à informação nos meios televisivos: Onde está a inclusão. **Brasília: Inclusão social brasileira**, v. 2, n. 1, p. 77, 2007. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1592>. Acesso em: 14 mai. 2022.

VELOSO, E.; FILHO, V. M. **Aprenda Libras com eficiência e rapidez**. Curitiba: Mãos Sinais, 2014.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SURDOS USUÁRIOS DE CANAIS TELEVISIVOS

1. Qual a sua idade atual?
2. Você sabe LIBRAS desde que idade?
3. Qual foi o primeiro programa de televisão, filme, telejornal ou outro... que você assistiu com a janela para intérprete? Que idade você tinha?
4. Você compreende bem a Língua Portuguesa?
Sim () Não ().
Se sim, desde que idade?
5. Qual foi o primeiro programa de televisão, filme, telejornal ou outros... que você assistiu com legenda? Que idade você tinha?
6. Que diferença básica você percebe entre a legenda e a janela para o intérprete?
7. Qual te possibilita melhor compreensão? Por quê?
8. Quais melhorias você poderia sugerir?
9. Para você, qual a importância sociocultural das informações e do entretenimento oferecidos pelos programas de televisão?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS INTÉRPRETES DE LIBRAS EM AMBIENTES ACESSÍVEIS - TELEVISIONADOS COM JANELA DE LIBRAS

1. Você é interprete de LIBRAS há quanto tempo?
2. Já interpretou programas televisionados?
Sim () Não ().
Somente para aqueles que responderam sim:
 - A) Durante quanto tempo (ou quantas vezes)?
 - B) Você assistiu sua interpretação?
Sim () Não ().
 - C) O tamanho da janela era satisfatório?
Sim () Não (). Por quê?
3. Que diferença básica você, enquanto profissional tradutor/intérprete de Língua de Sinais, percebe entre a legenda e a janela com o intérprete?
4. Qual você acredita desempenhar melhor sua função de comunicação com os surdos? Por quê?
5. Você destacaria alguma importância para os programas televisivos na educação dos surdos?
6. Sobre a acessibilidade dos surdos aos programas televisivos, você tem alguma sugestão de melhoria?